

Agosto 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 PIB per-capita angolano cresceu para Usd 2.565	1
1.2 Empresa chinesa ignora leis Angolanas.....	1
1.3 "Boom" económico não tem reflexos na vida das pessoas	2
1.4 Nosso super ainda não chegou a ser nosso	3
1.5 Industrializar a economia do país para criar emprego, pois o contrário é ilusão e utopia.....	3
1.6 Presild cria fundo de 45 milhões de dólares para comerciantes	4
1.7 Preços variam menos de um por cento em Luanda	5
1.8 Angola carece de energia eléctrica necessária para desenvolvimento sustentável.....	5
1.9 Camponeses beneficiam de 185 toneladas de semente de batata rena	6
1.10 Presild cria fundo de 45 milhões de dolares para comerciantes	6
2 Mercado Informal e Microfinanças	7
2.1 Mulher zungueira descritas em óleo sobre tela	7
2.2 Cooperativas são as mais beneficiadas.....	8
2.3 Pescas capturam 1,5 mil toneladas de peixe	8
2.4 Micro-crédito reactiva agricultura na Humpata.....	8
2.5 Micro-crédito beneficia famílias camponesas na Caála	9
2.6 Famílias camponeses recebem micro-créditos	9
2.7 Mulheres beneficiam-se de micro-crédito de ONG canadiana	10
3 Governação e Descentra-lização	11
3.1 MED e DW assinam protocolo sobre educação cívica eleitoral	11
3.2 Ministro do Interior inteira-se dos problemas de Cabinda.....	11
3.3 Questionam o silêncio do procurador-geral da republica.....	11
3.4 As contas em debate.....	12
3.5 Os numeros do orçamento revisto.....	12
3.6 Peregrinos meditam sobre boa governação para o desenvolvimento.....	13
3.7 Sociedade civil fala sobre planeamento comunitário.....	13
3.8 Peregrinos meditam sobre boa governação para o desenvolvimento.....	14
4 Eleições e Educação Cívica	15
4.1 Ciclo eleitoral	15
4.2 Mulheres afluem ao registo na comuna de Calenga	15
4.3 ONG vai usar rede telefonica para divulgar processo eleitoral	15
4.4 Comissão eleitoral assegura transparência e imparcialidade.....	16
4.5 Delimitação de terras comunitárias contribui para redução de conflitos	16
4.6 Workshop recomenda medidas contra violência no género e vandalismo	17
4.7 Rede Eleitoral intensifica sensibilização nas comunidades.....	17
4.8 Ministério da Justiça projecta meios alternativos para resolução de conflitos	18
4.9 Constituído núcleo de monitoria dos direitos humanos em Quitexe	18
4.10 Coordenador da CIPE considera ganha `batalha´ do Registo Eleitoral.....	18
5 Educação, Juventude e Criança	20
5.1 Programa "Merenda escolar" retoma na província de Luanda	20
5.2 Nova escola em Capenda para mais de dois mil alunos	20
5.3 Província vai ter Campus Universitário.....	20
5.4 Vinte e duas crianças morrem de malária.....	21
5.5 Mais de 100 jovens frequentam cursos de formação profissional no Negage	21
5.6 Crianças de Saemba e Jamba Nondolo ganham escolas	21
5.7 Município da Cela terá Instituto Médio Agrário	22
5.8 Tchicala-Tcholahanga tem mais duas escolas	22

5.9 Primeira fase da construção de Campus Universitário quase concluída	22
5.10 Governante pede contribuição da sociedade na melhoria da situação da criança	23
6 Terra habitação e urbanização	24
6.1 Obras de envergadura ameaçam moradores na capital	24
6.2 Uma Brasília em Luanda.....	24
6.3 Casas no «nova vida» geram discórdias na UNAC.....	25
6.4 A corrida frenética a casas milionárias.....	26
6.5 Pescadores do Mussulo reclamam espaço para construir casas.....	27
6.6 Recuperação de estradas alegria habitantes da cidade de Cacuaco.....	27
6.7 Delimitação de terras comunitárias contribui para redução de conflitos	28
7 Serviços Básicos	29
7.1 ONG ajuda tres mil familias no Cazenga a construir latrinas.....	29
7.2 Camiões cisternas vão reforçar abastecimento de água no Lubango	29
7.3 GPL quer melhorar rede sanitária no Cazenga	29
7.4 População da Samba recebe agua em cisternas	30
7.5 30por cento da população tem acesso à electricidade.....	30
7.6 Cem mil habitantes beneficiam de agua potavel na Ingombota	30
7.7 Reabilitação do sistema de captação garante água a cinco mil famílias	31
7.8 Vinte e duas crianças morrem de malária.....	31
7.9 Recolhidas 22.966 toneladas de lixo.....	31
7.10 Angola carece de energia eléctrica necessária para desenvolvimento sustentável	32
8 Paz e Reconciliação	33
8.1 Fonga promove seminário sobre direitos humanos	33
8.2 Investidos 51 milhões de dólares para reintegração dos ex-militares	33
8.3 Mais 900 novas igrejas.....	33
8.4 Ilegais não merecem protecção.....	34
8.5 Cerca de 150 campos estão livres de minas	34
8.6 Delimitação de terras comunitárias contribui para redução de conflitos	35
8.7 ONG DW participa na reintegração dos ex-militares no Bailundo	35
8.8 Ministério da Justiça projecta meios alternativos para resolução de conflitos	35
8.9 Província acolhe III congresso do movimento 'Pro Pace`	36
8.10 ONG assiste mais de 700 desmobilizados no Kuito.....	36

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 PIB per-capita angolano cresceu para Usd 2.565

Semanario Angolense..04-08-07

O PIB per-capita angolano passou de 1985 dólares, em 2005, para 2565 dólares, em 2006, segundo disse a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, quando na terça-feira, 31, foi ao parlamento apresentar o balanço da execução do Programa Geral do Governo relativo a 2006.

De acordo com Ana Dias Lourenço, em 2006 o crescimento económico foi de 18,6 por cento, em que a economia não-petrolífera cresceu 25,70 por cento, muito mais que o crescimento de 14,7 por cento relativo a 2005.

Naquele ano, prosseguiu a ministra, os sectores que mais notoriedade apresentaram foram o da Indústria Transformadora e o da Construção, que atingiram «performances» de crescimento de 44,7 por cento e 30 por cento respectivamente.

Por outro lado, continuou a ministra, em consequência dos benefícios recebidos, a economia angolana gerou uns 308 mil postos de trabalho só no ano de 2006, quando, indicou, o sector da agricultura criou 72.230 novos postos de trabalho, 81,49 por cento do total gerado, enquanto que o sector petrolífero, apesar de ter representado 77,6 por cento do total do investimento relativo àquele ano, gerou apenas 0,23 dos postos de trabalho, empregando 13.689 pessoas. Os sectores sociais geraram 7,02 por cento do emprego criado em 2006, tendo o sector da Construção criado 3,53 por cento, de acordo com Ana Dias Lourenço, que notou que o sector da Agricultura, o maior empregador, recebeu apenas 0,82 por cento do investimento.

Ana Dias Lourenço considerou que a economia angolana beneficiou, naquele ano, das excelentes condições da conjuntura internacional, quer em termos de crescimento económico mundial, quer em matéria do comportamento do mercado internacional de petróleo. A nível interno, acrescentou Ana Dias Lourenço, «uma parte significativa do bom desempenho económico de 2006 fica ligado à gestão da política orçamental, que se saldou num 5Uperávít de 16,7 por cento do PIB, contra 8,5 de 2005». A ministra anunciou ter resultado, do exercício, um saldo de caixa positivo de 11,5 por cento.

Estes aspectos, sublinhou, ajudaram a estabelecer as bases necessárias para a sustentabilidade da estabilização macroeconómica e para o arranque do

processo de crescimento económico, com incidência sobre a reabilitação de infra-estruturas. Na sessão parlamentar em que estes números foram apresentados, o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos «Nandó», considerou que os objectivos gerais e específicos do Governo para o biénio 2005/2006 foram materializados, anunciando que continuariam, em muitos outros aspectos, a constar como prioridade para as metas a atingir no período 2007/2008.

«Nando» apontou que o Governo tomou como uma das condições para o crescimento económico a reabilitação, reconstrução e construção de infra-estruturas físicas, desde as vias de comunicação terrestres e ferroviárias, passando pelos sistemas de produção e distribuição de energia e água.

Mas indicou que o combate à fome e à pobreza, a consolidação da paz e da reconciliação nacional, a edificação das bases para uma economia auto-sustentada, o restabelecimento da administração do Estado em todo o país e o desenvolvimento dos recursos humanos e do país de forma harmoniosa, continuarão a ser metas do Governo.

1.2 Empresa chinesa ignora leis Angolanas

Semanario Angolense..04-08-07

A «China National Machinery & Equipment, Imp & Exp», vulgo CMCE, uma empresa chinesa especializada na montagem de equipamentos eléctricos, responsável pela construção da terceira linha de transporte de electricidade de Capanda para Luanda, tem estado a dispensar um tratamento humilhante aos trabalhadores angolanos que emprega para a empreitada, segundo denúncias chegadas a este jornal.

Os trabalhadores angolanos queixam-se dos baixos salários que auferem, do incumprimento no pagamento das horas extras, do desrespeito ao seu direito a férias, bem como dos despedimentos ilegais, além de outras condições laborais irregulares que lhes são oferecidas, em violação descarada às leis vigentes no país.

Em relação ao pagamento das horas extraordinárias, os angolanos não estão nada contentes por auferirem míseros duzenhos kwanzas/hora, enquanto, em contra partida, quando se atrasam, lhes é descontado , 5 dólares, sendo obrigados a trabalhar no resto do dia, mas com a falta registada, o que é uma aberração.

Segundo soube o Semanário Angolense, a CMEC não tem um único trabalhador inscrito no Instituto Nacional de Segurança Social, o que configura desde já uma fuga ao fisco, além de deixar os funcionários locais apreensivos em relação ao seu futuro.

No entanto, a empresa sempre procede a descontos

nos salários dos trabalhadores (IRT e Segurança Social). mas os avultados valores daí resultantes não são encaminhados para as devidas instituições governamentais, sendo por isso uma autêntica roubalheira, não só aos bolsos dos seus funcionários nativos, como aos cofres do Estado angolano.

As nossas fontes, que até são funcionários seniores baseados em Luanda, dizem que a situação dos seus compatriotas que se encontram a laborar no campo é bem pior que a deles. Segundo as fontes, como no tempo da escravatura, aos operários no terreno das operações, a empresa alimenta a pão e água, o que tem originado o surgimento de doenças (anemias e tuberculose) no seu seio, de tal sorte que alguns têm preferido desistir do serviço, mais ainda porque a CMEC não oferece assistência médica, nem medicamentosa. (...)

Em uma ocasião, segundo ainda as nossas fontes, gabou-se de ter todo o governo na mão, sem qualquer hipótese de intervir na sua empresa, pelo que os trabalhadores podiam ir se queixar onde quisessem que não sairia nada. «Estão todos na nossa mão», gabou-se o Mr. Wei.

O mais grave é que isto parece mesmo verdade. De resto, os trabalhadores contam que já fizeram chegar as suas preocupações ao Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (GAMEK) e à Empresa Nacional de Electricidade (ENEEP), a quem a CMEC deve explicações em primeira instância, mas daqui, com a maior condescendência ou cumplicidade, não saiu coisa alguma que pudesse colocar os chineses na linha.

Em face disso, alguns dos principais lesados pela actuação irregular da CMEC recorreram à Inspeção-Geral do Trabalho, no sentido de verem as suas preocupações laborais atendidas, mas foi a mesma coisa, embora tenha feito algum teatro em como estaria empenhada em fazer virar o quadro.

As nossas fontes disseram a propósito que a empresa chinesa chegou a receber a visita de uma funcionária da IGT e um outro do SME, para as competentes averiguações, mas não passou disso mesmo: uma simples visita. Se calhar, de cortesia, porque não houve qualquer reacção das autoridades a favor dos pobres trabalhadores angolanos da CMEC.

«Será que os nossos governantes venderam o país aos chineses?», interrogou-se, chateada e desesperançada, uma das nossas fontes. «Já é demais ... », rematou.

1.3 "Boom" económico não tem reflexos na vida das pessoas

Semanario Angola...04-08-07

Há aí uma aparente contradição. Efectivamente, o Banco Mundial releva dois aspectos fundamentais da política económica, nomeadamente o crescimento económico que tem sido positivo - neste momento, Angola tem dos maiores crescimentos de África, que permite que o nosso país esteja em condições de operar algumas transformações na economia nacional - e também releva um facto positivo da inflação que está a manter os níveis dos 10 a 12 por cento. Mas em 2006, a inflação acabou por ser de 12,6 por cento, o que não levou ao cumprimento dos objectivos preconizados pelo Governo a esse nível, que era de baixar até 10 por cento. Trata-se de um desvio de 25 por cento, que em política económica é naturalmente significativo.

Este crescimento não está traduzido em factores de desenvolvimento, porque, em segundo lugar, um dos objectivos estabelecidos era a diminuição do desemprego e nós neste momento não verificamos que este desemprego tivesse baixado. Em consequência, programas, como o combate à pobreza, acabaram por não se concretizar, e todo um conjunto de indicadores sociais associados a isto, como a mortalidade materno-infantil que mantém os níveis de 2001.

Angola tem, efectivamente, os piores indicadores da África subsariana. Aliás, nós temos os piores indicadores desta região, com excepção da sida. Isto quer dizer que o crescimento económico não está a traduzir-se em desenvolvimento, o que significa uma ineficácia da política económica, ou seja, não estamos a conseguir aproveitar o «boom» económico para que haja reflexo na vida efectiva das pessoas.

Tudo isto significa que por detrás há problemas como debilidades institucionais que não foram superados, programa económico que não conseguiu diversificar a economia, pois continuamos a ir buscar dinheiro na economia subvenciva, ali onde o desemprego é minoritário. Também não estamos a investir o suficiente na agricultura, nos serviços e na indústria, que poderiam proporcionar maior abertura de empregos, por um lado.

Por outro, não estamos a investir suficientemente no aspecto social, no sector da educação, um investimento que nos permitiria elevar a qualidade dos serviços e o acesso dos cidadãos a estes serviços em termos económicos, o que significa que alguma coisa está a acontecer. Para além da debilidade das instituições, há uma corrupção que se mantém endémica no Estado. Há, portanto, muito desvio de dinheiro que não é aplicado na economia. Há sobrefacturação, obras que não reflectem o seu preço real e tudo isto tem efeito na vida real das pessoas.

Isto não pode ser ficção, é realidade. Sendo realidade afecta a qualidade de vida dos cidadãos. É por isso que o BM neste aspecto acentua que Angola continua com má governação, e esta má governação é a pior da África lusófona. E nesta má governação temos incluídos uma grande falta de liberdade, incapacidade democrática do poder em toda a sua actividade, o recurso constante à repressão e uma falta de direitos que o cidadão sente no dia-a-dia.

1.4 Nosso super ainda não chegou a ser nosso

Capital...11-08-07

Se, por um lado, alguns consumidores fazem compras no «Nosso Super», por outro, cidadãos há que fogem dele pelo facto de os seus preços não estarem ao alcance do bolso dos populares de média renda. A queixa é antiga, aliás data dos primórdios.

Uma visita efectuada pela nossa reportagem ao bairro da Gamek, uma circunscrição do município da Maianga onde foi erguido um destes estabelecimentos comerciais, permitiu-nos conversar com alguns consumidores. Nos seus depoimentos confessaram que deixaram de frequentar o «Nosso Super», por causa dos preços altos e da inexistência de produtos agrícolas de produção nacional.

Por exemplo, a comerciante Rita Albertina que nos acompanhou por alguns instantes na nossa visita, foi peremptória em dizer que falava com conhecimento de causa, tendo em conta que os preços praticados no mercado informal e nas lojas do projecto Presild são de longe divergentes.

«Um quilograma de feijão, vulgo espera cunhado, à venda no Nosso Super, custa 95 kwanzas, ao passo que no mercado informal é comercializado ao preço de 80», começou por dizer Albertina, enquanto contemplava os autocolantes de preços fixados nas montras.

Durante o tempo que visitou as bancadas carregadas de produtos, maioritariamente enlatados, uma outra novidade ressaltou à vista dela. Constatou que o meio litro de azeite doce é comercializado ao preço de 490 kz, enquanto que no mercado informal o mesmo produto fica a 400 kz.

«Está tudo caro», exclamou Rita Albertina, para depois acrescentar que, «com um salário mínimo de fixado em cerca 80 dólares, correspondente a aproximadamente seis mil e 400 kz, ninguém consegue comprar a sexta básica alimentar no Nosso Super».

A disparidade dos preços não é a única razão da fuga dos consumidores ao Presild, preferindo o mercado informal. Ao que apuramos, o facto de os produtos agrícolas produzidos em Angola estarem em melhores condições para serem consumidos do que aqueles que

vêm do exterior do país, é outra razão.

Adindo Matias, por exemplo, diz-se vegetariano por motivação religiosa. Segundo ele, desistiu dos supermercados «Nosso Super» por estes não comercializarem produtos agrícolas dos campos de cultivo angolanos.

O que encontrou são mais produtos importados, maioritariamente, batata rena com o quilograma a custar 130 kz, o de alho a 500 kz por quilograma e a cebola a 190 kz.

Entre as razões que impossibilitam os consumidores de fazerem compras no «Nosso Super», de acordo com a nossa recolha, consta ainda o facto de estas lojas não comercializarem peixe e mariscos em espécies e quantidades necessárias, o que tem obrigado a clientela a recorrer ao mercado informal onde abundam as peixeiras.

Muitos foram os entrevistados que também assumiram não fazer parte da sua cultura fazer compras nos supermercados, justificando-se «pela falta de hábito».

1.5 Industrializar a economia do país para criar emprego, pois o contrário é ilusão e utopia

Semanario Angolense...11-08-07

O texto abaixo transcrito constitui a reposição de um outro que o Semanário Angolense havia publicado na passada edição, reflectindo a opinião do economista e deputado da UNITA Fernando Heitor a respeito de um estudo do Banco Mundial, que coloca Angola na cauda dos países lusófonos em matéria de desempenho governativo. Porque o comentário de Fernando Heitor saiu truncado em muitos aspectos, deformando o seu pensamento e raciocínio, o nosso jornal republica-o numa versão corrigida, pedindo, contudo, sinceras desculpas ao economista.

Angola teve a sua economia estacionada durante muitas décadas, principalmente devido ao problema da guerra que se arrastou durante muitos anos. Tirando o sector petrolífero, não havia mais economia nenhuma, embora o sector petrolífero, naquela altura, registasse preços muito baixos e as quantidades de barris que Angola produzia então não fossem significativas.

Actualmente, o cenário modificouse. Terminada a guerra, do ponto de vista político houve estabilidade e do ponto de vista económico, o Governo agora tem uma grande benesse que é a alta acentuada do preço do barril de petróleo no mercado internacional. A produção interna também registou um «boom». Ou seja, há aí dois «boons»: hoje, Angola produz ou está perto de produzir dois milhões de barris/dia e entrou numa fase em que as receitas fiscais aumentaram tremendamente, mais do que triplicaram.

Isto é aquilo que em macroeconomia se chama crescimento económico. Quer dizer que devido ao grande «boom» do principal produto de exportação que é o petróleo e ao «boom» registado também na produção dos diamantes, as receitas fiscais de Angola aumentaram substancialmente, atingindo neste momento uma cifra que ronda os 41 mil milhões de dólares.

Por outro lado, o advento da paz trouxe um clima de negócios mais favorável, o que fez com que entrasse no país capital directo externo para investimento na área produtiva e não só. Também entrou no país dinheiro através dos empréstimos, com as linhas de crédito da China, Índia, Brasil, Espanha.

Contudo, este exponencial crescimento de receitas e de captação de capitais externo não foi acompanhado pela melhoria da estrutura governativa do país, e pelo reforço da qualidade e capacidade das instituições do Estado. É aí, pois, onde reside a fragilidade deste país. Do ponto de vista político-constitucional, as instituições não são suficientemente fortes. A máquina administrativa do país é ainda bastante frágil. (...)

Isto é que o Governo está a fazer mal. O Governo tem que melhorar neste domínio, porque não há dúvida que do ponto de vista de performance económica, estamos a registar melhorias. Mas é bom que se diga que este crescimento é um crescimento desequilibrado, porque depende essencialmente de dois produtos, o petróleo e o diamante. E todo o crescimento desequilibrado provoca, a médio ou longo prazo, problemas sobre as economias, como graves recessões. Porque se ocorrer uma circunstância qualquer no mercado internacional que faça baixar o preço do petróleo, evidentemente que o país fica com menos recursos financeiros para resolver os grandes problemas sociais que tem.

Os sectores petrolífero e diamantífero absorvem pouca mão-de-obra. São sectores considerados de tecnologia intensiva e não de mão-de-obra intensiva. Isto faz com que haja muito desemprego, porque os sectores que mais estão a crescer não geram muitos postos de trabalho. Por isso é que o Governo deve usar o dinheiro para apostar naqueles sectores que transmitem à economia nacional maior sustentabilidade, que são os sectores agro-industriais, porque nenhum país se desenvolve se não tiver uma indústria forte. O processo de desenvolvimento passa pela industrialização da economia. Essa é uma etapa que não se pode queimar.

Pensar o contrário é pensar mal, é ter utopias, e os países não se desenvolvem com utopias. O povo não come sonhos, não come esperança. A saúde não se trata com esperança e utopias: trata-se com medicamentos, com bons médicos e bons enfermeiros. A barriga não se alimenta com esperança nem sonhos, mas sim com funje, carne e peixe. E isso tem que ser

comprado. Se o povo estiver desempregado, como acontece neste momento, significa que em casa não entra dinheiro. Se os hospitais funcionarem mal, como acontece agora, com enfermeiros mal pagos, significa que o povo continuará a morrer. É por isso que a mortalidade infantil e não só é extremamente alta. É por isso que toda a gente anda doente, porque não há infra-estruturas sociais capazes de dar resposta às necessidades das populações.

1.6 Presild cria fundo de 45 milhões de dólares para comerciantes

Jornal de Angola...11-08-07

O presild-Nova Rede Comercial criou um fundo de garantias no valor de 45 milhões de dólares para financiar comerciantes privados angolanos na criação das suas infra-estruturas. O fundo já está negociado com o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e os bancos comerciais, sendo aplicado a uma taxa de juros bonificados e prazos de amortização dilatados.

Segundo o coordenador do subgrupo técnico de infra-estruturas físicas do Presild-Nova Rede Comercial, Gomes Cardoso, serão igualmente construídos nove Centros de Logísticas e de Distribuição (CLOD) no país, num investimento de 870 milhões de dólares. As verbas provêm de fundos público e privado.

Gomes Cardoso referiu que, no quadro programa de infra-estruturas institucionais, foi definido um modelo de gestão para o Presild assente na parceria público privada. Nele se destaca o Estado como o principal actor, que cuida do financiamento e do investimento e ainda pela disponibilização de terrenos assim como a criação de infra-estruturas institucionais e físicas. Além do Estado tem ainda o operador logístico e parceiro estratégico privado, responsável pelo asseguramento da rede da logística, de distribuição e de armazenamento de produtos essenciais para o abastecimento à população. Cuida também do asseguramento da formação, capacitação e profissionalização do comerciante e transferência de tecnologia. Os CLOD serão erguidos nas províncias de Luanda, Malanje, Huambo, Benguela, Bié, Huíla, Kwanza Sul, Lunda Sul e Uíje, incluindo ainda um mercado abastecedor no município da Cahama (Cunene). Já está em execução as obras do CLOD-Luanda, no pólo industrial de Viana. Em Malanje já está identificada uma área na zona do Lambe, ao longo dos Caminhos de Ferro, tida como geo-estratégica para o abastecimento da população do Norte e Leste do país. O estabelecimento vai ocupar uma área de 100 hectares, a mesma dimensão que possuirá o de Benguela que se situará na zona dos Caminhos-de-Ferro de Benguela. O terceiro será ergui-

do na Caála (Huambo).

Gomes Cardoso avançou que o projecto prevê também a criação de 20 zonas urbanas de desenvolvimento sustentável comercial e a requalificação de zonas de lazer para o cidadão. O investimento é de 130 milhões de dólares. Na primeira fase, serão executados 20 projectos no valor de 32,5 milhões, o que vai permitir a criação cerca de 7 mil novos empregos.

Em relação ao mercado grossista, está a ser criada, a Rede Integrada de Logística e de Distribuição que visa a organização de processo e aprovisionamento, transporte e distribuição de produtos a partir do mercado primário ou de origem nacional e internacional.

Também perspectiva-se a implementação do processo de organização de abastecimento da rede comercial de proximidade e de mercados municipais, a que se chama de "logística secundária", num investimento de 2,8 milhões de dólares.

1.7 Preços variam menos de um por cento em Luanda

Angop...15-08-07

O nível geral de preços no consumidor da cidade de Luanda registou uma variação de 0,95% entre o mês de Junho e Julho de 2007, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística.

A classe Alimentação e Bebidas não Alcoólicas foi a que registou o maior aumento de preços, 1,79%, influenciado fundamentalmente pela subida dos preços dos produtos como jimboa com 6,63%, tomate 6,46%, quisaca, 6,00%, mandioca fresca 5,11%, quimbumbo, 4,80%, couve, 4,31 % e manga 4,17%.

Destacam-se também os aumentos dos preços verificados nas classes de hotéis, cafés e restaurantes com 1,18%, bens e serviços diversos 0,73% e saúde 0,71%.

A variação homóloga situa-se agora em 12,45%, o que significa ter havido uma ligeira subida de 12,05 pontos percentuais com relação ao mês anterior. Esta subida contribui negativamente para a tendência de redução da taxa do IPC iniciada em meados do ano 2002, conforme se pode observar no gráfico a seguir.

O quadro com a Taxa de Variação do IPC, por classes de consumo, mostra que das doze classes, duas (L), apresentam taxas de um dígito, sendo a classe de alimentação e bebidas não alcoólicas a que apresenta a taxa mais elevada com 1,79%, as restantes classes apresentam taxas inferiores a unidade.

As classes transportes, comunicações e educação tiveram uma variação nula (0,00%) e a classe habitação, água, electricidade e combustíveis teve uma variação negativa (-0,72%) basicamente influenciada pela baixa de preço de botija de gás (-3,96%).

A classe alimentação e bebidas não alcoólicas é a que apresenta a taxa mais elevada na variação do IPC de Julho 2007 e a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços; seguida das classes vestuário e calçado, hotéis, cafés e restaurantes e bens e serviços diversos.

Os 24 produtos do cabaz com maior contribuição para a Taxa de Variação do IPC, no seu conjunto, representam menos de 11% do total, mas concentram cerca de 82,08% da taxa global de variação do IPC em Julho de 2007.

Durante o mês de Julho do ano 2007 foram tratados 14.734 preços observados contra 14.730 do mês anterior.

1.8 Angola carece de energia eléctrica necessária para desenvolvimento sustentável

Angop...30-08-07

ministro dos Petróleos, Desidério Costa, considerou hoje, em Luanda, que o país debate-se ainda com dificuldades para proporcionar energia eléctrica necessária ao seu desenvolvimento sustentável, apesar dos seus derivados de petróleo e recursos hídricos. O governante fez esta consideração quando presidia a sessão de encerramento das XI Jornadas Técnico-Científicas da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), decorridas durante quatro dias, no Palácio dos Congressos, sob o lema "Energia, Fonte de Renda e Desenvolvimento Económico".

Ressaltou que por este facto, o Governo tem dado uma grande atenção ao sector energético, fonte de desenvolvimento económico social. Sublinhou que com a paz tem sido possível ao Governo reconstruir as infra-estruturas socioeconómicas e promover o seu reequipamento. Durante o fórum, que contou com 1.600 participantes e convidados, foram debatidos três painéis, versando o primeiro sobre "Energia e Desenvolvimento", o outro sobre "Energias Não Renováveis" e o último acerca de "Energias Renováveis".

Cada um destes painéis abarcou vários temas e subtemas, dissertados por especialistas nacionais e estrangeiros como do Brasil, Portugal, Espanha e da Inglaterra.

Estiveram na sessão de encerramento, o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, o vice-governador de Luanda, Bento Soito, o presidente da FESA, Ismael Diogo da Silva, entre outras individualidades.

A actividade inseriu-se no programa comemorativo do 11º aniversário da FESA e 65º do seu patrono, José Eduardo dos Santos.

1.9 Camponeses beneficiam de 185 toneladas de semente de batata rena

Angop...31-08-07

Cento e 85 toneladas de semente de batata rena, foram distribuídas, em Julho último a 70 mil famílias camponesas do município do Chinguar, província do Bié, visando o aumento da produção e produtividade naquela circunscrição.

O chefe da Estação de Desenvolvimento Agrário Macedo Fortuna, disse que a referida semente foi lançada em 15 mil e 973 hectares e serviu para segunda época do cultivo de batata rena. Acrescentou que para o bom andamento das actividades agrícolas desta segunda época a sua instituição distribuiu 100 toneladas de adubo composto 12-24-12, 16 toneladas de 17-17-17, sulfato de amónio 90 toneladas e 40 Outras de ureia. O responsável referiu que os camponeses daquela circunscrição beneficiaram ainda de 344 catanas, mil e 882 enxadas e três toneladas de feijão macunde. Entretanto, 358 mil e 74 toneladas de produtos milho, batata rena, mandioca, feijão e outros, foram colhidos na época agrícola 2006/2007, pelos camponeses do município do Chinguar, na província do Bié. Dos produtos colhidos, 19 mil e 440 toneladas são de milho, mandioca 30.080 toneladas, 1.890 de amendoim, batata rena 101.280 toneladas, 198 toneladas de feijão macunde, 57 mil toneladas de hortícolas diversas e 148 mil e 186 toneladas de outros produtos. O referidos produtos foram recolhidos em 59 mil e 801 hectares, produzidos pelos camponeses locais, no âmbito do programa do aumento da produção e produtividade.

Os camponeses daquela circunscrição, receberam ainda 13.508 enxadas europeias, 3.000 enxadas tradicionais, nove mil e 600 catanas 3.000 limas e outros meios de trabalho destinados para a prática da agricultura bem como insecticidas, fungicidas, acaricidas, nematicidas e outros para visando prevenir as culturas de diversas pragas.

A medida visou assegurar as actividades agrícolas bem como garantir bons resultados na época da colheita como as cifras demonstram. “Os camponeses locais vão continuar a trabalhar para combater a fome, miséria, nudez e outros males no seio da população”, enfatizou.

Os agricultores do município do Chinguar, tem tido problemas no escoamento dos referidos produtos devido ao fraco poder de compra porém segundo ele, estão a estudar modalidades para que os mesmos passem a ser fornecidos no Nosso Super “Nova Rede Presilde”.

O município do Chinguar localiza-se a 75 quilómetros

a oeste do Kuito , capital da província, tem uma extensão de 3.300 quilómetros quadrados, com uma densidade populacional estimada em 388 mil e 886 habitantes distribuídos em duas comunas sendo o Kutato, Kangote e nas embalas, aldeias, povoações e quimbos.

A população daquele município é na sua maioria camponesa, dedicando-se a agricultura, pesca, caça, apicultura, criação de gado bovino, caprino, suíno, ovinos e aves diversas. Os produtos mais cultivados são o milho, feijão, mandioca, feijão, amendoim hortícolas entre outros.

1.10 Presild cria fundo de 45 milhões de dolares para comerciantes

Jornal de Angola...11-08-07

Seitas, igrejas e outras organizações religiosas que não gozam de personalidade jurídica não merecem protecção do Estado, segundo o bastonário da Ordem dos Advogados de Angola.

Inglês Pinto, que também se debruçava sobre o tema que aqui reportamos, justificou a sua afirmação, avançando que "seria uma forma de incentivar os líderes legalizar as suas instituições religiosas".

"O Governo não pode gastar dinheiro, equipando a Polícia para dar protecção às instituições que não sejam reconhecidas. Assim estaríamos a proteger indivíduos que não querem cumprir o que está escrito na Constituição", explicou.

Embora tenha reconhecido que chegou tarde, congratulou-se com a comissão criada pelo GPL. Questionado sobre se o Estado deveria criar uma lei das actividades religiosas, o jurista respondeu que seria inconcebível porque restringiria a liberdade religiosa.

"Seria, no meu entender, uma restrição se tivéssemos uma lei que detalhadamente explicasse como e onde devem ser celebrados os cultos, ou qual deve ser o perfil do pastor. Do ponto de vista técnico e jurídico seria impraticável. Por isso, não concordo com a criação de tal lei", frisou.

O interlocutor mostrou-se apreensivo em relação ao comportamento das igrejas ilegais e daqueles que, mesmo legais, também não têm boas acções. Criticou ainda aquelas que usam meios de comunicação social para fazer passar as suas "malabariças".

Quanto à comissão criada pelo GPL, o bastonário disse ser bemvinda, embora tarde, tendo avançado que as consequências do fenómeno religioso estão a ficar insustentáveis.

"A comissão veio tarde, mas mais vale tarde do que nunca. Não pode haver complexo em aplicar a lei. As igrejas ilegais têm que ser combatidas", concluiu.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Mulher zungueira descritas em óleo sobre tela

Folha8..04-08-07

A pintura de Nsangu reveste-se num simbolismo situacional, onde os sentimentos melancólicos, o desespero e a solidão se subvertem a uma realidade sofrida, perseverante, combativa sem o capitólio dos penodos conturbados.

Pode-se observar um constante contraste pictural em uma perfeita simbiose com os movimentos horizontais, característicos da natureza realista predominante ao longo dos espaços eloquentes.

Sente-se desde o primeiro contacto visual, os exercícios expedicionários entre as cores frias (laranja, o verde, o azul, o amarelo e o castanho) e o imaginário colectivo, uma translúcida alusão aos factos do quotidiano da comunidade espelhados sob o suporte técnico e a tenacidade da movimentação homérica.

O conjunto das obras patentes nesta exposição exprime a angolidade, o realismo, o abstracto, onde a rudimentar inquietação prende-se com os aspectos socio-económicos de uma população amargurada, resignada, mas regozijada com o "modus vivendi".

É essencial referir que o conteúdo temático e a interpretação coloquial, não impediu que o artista fizesse recurso às técnicas e experiências universalmente consagradas. A gaitade-beiços circunscreve-se nas estórias, êxitos diários, desastres, corridas e desorganização urbana marca de voragem, indestrutibilidade, sobretudo nos povos Bantu.

Na ocasião, o Folha 8 ouviu algumas individualidades ligadas ao mundo das artes, entende-se à literatura, à música, à linguística, à história e outras ciências que com o seu saber transmitiram ao repórter opiniões válidas sobre o certame e em particular a temática das obras, como é o caso do professor de história e quadro do Ministério da Cultura, Óscar Guimarães, para ele "os quadros retratam temas actuais, de um simbolismo enorme, incluindo várias técnicas. Do ponto de vista histórico os quadros enquadram-se em factos actuais do nosso dia-a-dia".

Entre as obras patentes à exposição destaca-se "Corrida da zungueira" que dá título a exposição, as cores anunciam um cenário desconsolado, onde o fiscal do governo provincial, de maneira ilusória e seguindo uma interpretação subjectiva, prende a zungueira no

braço, enquanto outras mulheres correm dispersas na tentativa de salvar o seu ganha pão. Um ambiente quase rotineiro nas ruas da cidade fruto das desigualdades sociais, conflito armado e flutuações migratórias que a população angolana atravessou e ainda perdura nos dias que correm. No quadro oito, podemos observar uma mãe adolescente a chupar o dedo com um bebe às costas, presume-se que a criança seja dela. O fenómeno da gravidez precoce, que amplamente se tem debatido nos círculos académicos, como resultado do índice de analfabetismo, das condições sociais, falta de um programa de educação sexual, o tabu existente nas famílias angolanas em relação ao sexo e quiçá à prostituição em algumas famílias, é uma das inquietações plásticas do artista. Um outro quadro que mereceu atenção dos visitantes, "Mercado anárquico", onde se denota, a decoração actualizada do ambiente: uma criança a dormir ao relento, ladeada de mulheres à amamentarem os seus filhotes, em busca da felicidade, apesar das intempéries. Um panorama que fotografa a realidade dos mercados paralelos. O quadro "Momentos de paz" detém o maior valor pecuniário, avaliado em duzentos e trinta e sete mil e quinhentos kwanzas, equivalente em dólares a quatro mil e quinhentos dólares. Enquanto que o valor mais baixo identifica-se no quadro "poligamia" avaliado em trinta e dois mil kwanzas, equivalente em dólares a quatrocentos dólares.

Segundo o historiador e crítico de arte, Simão Souindoula, "a exposição confirma a perpetuação em Angola, com uma vintena de telas a óleo, de uma pintura de intervenção social saída de composições absolutamente inteligente". Em resumo, as obras apresentadas em "Zungueira" ilustram a uniformidade de uma vivência imprópria, um produto de queixumes, de modernização e criatividade artística.

O artista por dentro

Nazaré Nsangu nasceu ao 22 de Outubro de 1977, na província do Uíge, município da Maquela do Zombo. E diplomado em artes plásticas pela escola de Belas Artes da República Democrática do Congo onde viveu durante longos anos. Começou a sua carreira artística desde a sua infância, desenhando cartazes cinematográficos.

Depois de ter terminado a técnica integrou-se na decoração exterior no qual fez precisamente a publicidade de diversas actividades (criação de logótipo, reclame luminoso, impressão de camisolas, chapéus, painéis publicitários, dísticos e outros afins publicitário,s. Dentre as exposições colectivas, destacam-se em 1998, no Centro Cultural Francês, (Village Artistique) em Kinshasa. Em 2003, exposição organizada por Aurelie Korady.

2.2 Cooperativas são as mais beneficiadas

Folha8...04-08-07

O banco de Poupança e Crédito (BPC) concedeu cerca de 549 mil e 258 dólares americanos, aos professores, enfermeiros e camponeses, organizados em cooperativas na província do Moxico, desde 2006 até ao primeiro trimestre deste ano.

De acordo com os responsáveis daquela instituição bancária, a aposta continua a ser o apoio a grupos organizados. "Neste momento estamos a trabalhar com todos os governos provinciais e o Moxico é o exemplo disto". No entanto, o BPC garante que os créditos de consumo só serão concedidos aos interessados organizados. Os beneficiários directos deste processo, segundo o BPC, são os funcionários de saúde e muitos deles já conseguem resolver alguns dos seus problemas sociais, como a construção de habitação, aquisição de meios de transporte, electrodomésticos, entre outros artigos. "Penso que é uma boa iniciativa tomada pelo governo no sentido de ajudar os trabalhadores sobretudo no interior do País", assegurou a fonte, acrescentando também que os créditos vão continuar a ser atribuídos através do salário mensal, o grande objectivo é fazer com que outros cidadãos possam ser abrangidos. Para Hélder de Jesus Santos, o Banco de Poupança e Crédito, vai aproveitar a Expo-Huila, para promover os seus serviços na região. "A Expo-Huila é uma grande porta de negócios, por isso, com as festas da cidade do Lubango será possível participar e dar a conhecer as disponibilidades do banco e matéria de crédito", garantiu.

2.3 Pescas capturam 1,5 mil toneladas de peixe

Jornal de Angola...09-08-07

Pelo menos mil 728 toneladas de peixe diverso foram capturados durante o segundo semestre do ano em curso, ao longo da costa marítima de Luanda.

Segundo o director provincial das Pescas, Júlio Sebastião de Carvalho, do peixe capturado, as espécies que mais se destacaram foram o carapau, bagre, cachucho, judeu, madinga, corvina, pungo, tubarão, choco e sofia, cuja produção pesqueira do primeiro trimestre deste ano em relação ao segundo, registou um aumento em cerca de 500 toneladas.

Durante o período em referência (sete meses), fruto da actividade pesqueira, a Direcção Provincial de Luanda das Pescas (DPLP) arrecadou 849 mil e 634 kwanzas na emissão de licenças de pesca e nas multas.

Em relação à pesca fluvial praticamente paralisada desde 2003, a sua reactivação, de acordo com o responsável, passa pela drenagem e limpeza das margens

dos rios Kwanza e Bengo entre outras áreas "que abrangem a província de Luanda.

A protecção de lagoas utilização de técnicas não destrutivas a actividade de pesca artesanal, a definição de zonas protegidas, a aquisição e a criação de portos de desembarque de peixe, são outras estratégias a serem levadas a cabo, com vista ao fomento da actividade pesqueira fluvial, referiu.

Para melhor desempenho e eficiência da actividade da DPLP, Júlio de Carvalho defendeu a necessidade da aquisição de uma embarcação rápida de dez metros e lanchas para a fiscalização costeira da sua jurisdição, meios de detenção e comunicações, contentores para montagem de postos de observação e tendas de campanha.

Neste momento, a instituição dispõe apenas de duas lanchas, para os serviços de fiscalização pesqueira.

Por outro lado, de acordo com a lei dos recursos básicos, a pesca com rede de malha em toda a província está vedada, durante o período de 1 a 23 de Agosto, no sentido de se poder avaliar as quantidades dos cardumes existentes e as suas dimensões.

A direcção das Pescas, criada há seis meses, está também a implementar um plano de oferta, com a instalação de seis postos de combustíveis com capacidade para 180 mil litros cada, nos municípios do Cacucaco, Ingombota e Samba, para o abastecimento das embarcações do produto subvencionado pelo Governo, através da Sonangol.

2.4 Micro-crédito reactiva agricultura na Humpata

Jornal de Angola...11-08-07

DEZENAS de pequenos e grandes agricultores que exploraram as terras férteis do município da Humpata (20 quilómetros a oeste da cidade do Lubango) beneficiaram, nos últimos dois anos, de micro-créditos estimados em dois milhões e 500 mil dólares disponibilizados pelo Banco Sol.

O financiamento, cedido principalmente aos camponeses miados na Cooperativa dos Agricultores e Pecuáristas da Humpata, permitiu a reactivação de certos campos de lavoura e, conseqüentemente, o aumento da produção, com ênfase para as hortaliças e batata-rena. Os beneficiários contemplados na primeira fase do projecto, levado a cabo em parceria com a organização americana Clusa, adquiriram sementes diversas, fertilizantes, inputs agrícolas e gado para tracção animal.

O coordenador da Cooperativa dos Agricultores e Pecuáristas da Humpata, Armando Francisco, considerou satisfatório os resultados alcançados na safra da campanha agrícola 2006/07, por se registar "o aumento da produção de hortaliças e batata, inclusive de fruta",

Os produtos colhidos, além de se comercializarem nos mercados paralelos da Humpata, Lubango e Namibe, estão a ser comercializados igualmente nos supermercados de Luanda, Cunene e Cabinda.

Entre os centros de comércio destaca-se o "Nosso Super", como principal parceiro. De acordo com Armando Francisco, com o arranque do complexo agro-industrial "Nossa Terra", vários camponeses vão, doravante, apostar mais no cultivo do tomate e frutas, para fornecer a referida fábrica. No entender do coordenador, a implantação no Lubango do Supermercado "Nosso Super" e o início da actividade do complexo agro-industrial oferece "melhores" garantias para se absorver toda a produção dos camponeses, e, por conseguinte, se evita o risco de deterioração dos bens.

Entretanto, o director Comercial do Banco Sol, Albino Azevedo, avançou recentemente que a experiência com os camponeses da Humpata vai se estender para outros pontos agro-pecuários da província da Huíla, por forma a envolver mais famílias no cultivo e criar condições para a auto-suficiência alimentar.

A instituição, ressaltou, está empenhada no combate à pobreza que assola várias famílias do país, aliando-se, deste modo, a um dos vários programas do Governo que consiste na disponibilização de micro-créditos. Para além de agricultores, o programa contempla também professores, estudantes, enfermeiros e outros.

2.5 Micro-crédito beneficia famílias camponesas na Caála

Angop...30-08-07

Cento e cinquenta e três famílias camponesas, residentes no município da Caála, cerca de 23 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo, beneficiaram desde 2006 de micro-crédito avaliado em 104 mil e 874 dólares americanos. O financiamento, disponibilizado pelo Banco Sol no princípio de 2006, continua a beneficiar as quatro associações que o sector agrícola controla nas aldeias do Cassupi, Quilómetro vinte e cinco, Calueio e a comuna do Cuima, nesta região. Para o êxito do trabalho, as famílias são apoiadas pela organização não-governamental angolana, Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente(ADRA), no sentido de desenvolver actividades agro-pecuárias nesta parcela do país e melhorar as condições de vida das populações nas zonas rurais. As famílias camponesas investiram o "micro-crédito" na aquisição de sementes de batata-rena, hortaliças diversas, gado caprino e para atracção animal, e na formação sócio-profissional (carpintaria) para contribuir no desenvolvimento sócio-económico deste

município.

A ADRA, para a implementação dos projectos agrícolas e comerciais tem vindo a realizar uma sequência de seminários de capacitações sobre associativismo e cooperativismo, poder administrativo local e organização comunitária para execução das suas actividades de forma consciente e garantir o bem-estar nas comunidades rurais. Neste sentido, está a decorrer no Quilómetro vinte e cinco um encontro municipal das comunidades da Caála, onde os líderes das associações de camponeses, técnicos da ADRA e quadros da administração local estão a analisar o impacto das actividades agrícolas e o resultado dos "micro-crédito" concedido às famílias camponesas.

Segundo a directora da ADRA na província do Huambo, Alberta Gomes, as famílias camponesas devem ser actores principais do desenvolvimento socio-económico, de acordo com os padrões que se adaptam aos níveis culturais e estilos de vida da população local. "O encontro municipal comunitário da Caála deve criar novos elementos que venham melhorar as condições de trabalho e definir metodologias de organização comunitária", disse Alberta Gomes. ADRA controla neste município uma média de 71 associações, constituídas por oito mil e 446 membros..

2.6 Famílias camponesas recebem micro-créditos

Jornal de Angola...31-08-07

Cento e cinquenta e três famílias camponesas, residentes no município da Caála, cerca de 23 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo, beneficiaram, desde 2006, de micro-créditos avaliados em 104 mil e 874 dólares americanos.

O financiamento, disponibilizado pelo Banco Sol, no princípio de 2006, continua a beneficiar as quatro associações que o sector agrícola controla nas aldeias do Cassupi, Quilómetro vinte e cinco, Calueio e comuna do Cuima.

As famílias camponesas investiram o "micro-crédito" na aquisição de sementes de batata-rena, hortaliças diversas, gado caprino e para tracção animal, e na formação sócio-profissional (carpintaria), para contribuir no desenvolvimento sócio-económico do município.

A ADRA, para a implementação dos projectos agrícolas e comerciais, tem vindo a realizar uma sequência de seminários de capacitação sobre associativismo e cooperativismo, poder administrativo local e organização comunitária.

Neste sentido, está a decorrer no Quilómetro vinte e

cinco um encontro municipal das comunidades da Caála, onde os líderes das associações de camponeses, técnicos da ADRA e quadros da administração local estão a analisar o impacto das actividades agrícolas e o resultado dos "micro-créditos" concedido às famílias camponesas.

Segundo a directora da ADRA na província do Huambo, Alberta Gomes, as famílias camponesas devem ser actores principais do desenvolvimento sócio-económico, de acordo com os padrões que se adaptam aos níveis culturais e estilos de vida da população local. "O encontro municipal comunitário da Caála deve criar novos elementos que venham a melhorar as condições de trabalho e definir metodologias -de organização comunitária", disse Alberta Gomes.

A ADRA controla no município uma média de 71 associações, constituídas por oito mil e 446 membros.

2.7 Mulheres beneficiam-se de micro-crédito de ONG canadiana

Angop...31-08-07

Quarenta e sete mulheres negociantes e camponesas beneficiaram-se recentemente, no município de Kachiungo, de um micro-crédito equivalente a 150 dólares cada, distribuído pela organização não governamental canadiana "DW", dentro do seu programa "Kixicrédito". O responsável da DW no Huambo, Cupi Baptista, revelou à Angop que este projecto visa ajudar as pessoas que em seis meses conseguem rentabilizar o valor para o reforço das suas actividades, quer sejam agrícolas ou comerciais. Residentes na localidade de Nondolo, as mulheres agradeceram o gesto, garantindo aplicar bem o dinheiro para colher rendimentos. Na mesma localidade, a organização formou 150 jovens desmobilizados, nas especialidades de carpintaria e construção civil, no sentido de contribuir no crescimento habitacional e melhorar a vida das populações desta comunidade. Cupi Baptista garantiu que a organização que dirige no Huambo vai continuar a trabalhar no município de Kachiungo, reforçando os projectos de água e saneamento, construção de escolas, postos de saúde e formação profissional para a reconstrução nacional.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 MED e DW assinam protocolo sobre educação cívica eleitoral

Jornal de Angola...04-08-07

O Ministério da Educação e a Development Workshop "DW" assinaram ontem, em Luanda, um protocolo de cooperação no domínio da formação cívica eleitoral até 2009.

O protocolo tem como finalidade contribuir para a prevenção de possíveis conflitos pré e pós-eleitorais, consolidar o processo de paz e assegurar a realização de eleições livres, justas e democráticas no país.

Com o projecto as partes procurarão preparar os cidadãos para as próximas eleições legislativas e presidenciais, com especial enfoque para as regiões de Luanda, Kwanza-Norte, Lunda-Norte, Cunene, Zaire e Huíla.

Para o efeito, deverão ser treinados 120 representantes das coordenações provinciais, incluindo os coordenadores de educação cívica eleitoral e dois humanos, 216 actas vistas, bem como criar e expandir os centros de formação.

As partes haviam rubricado um protocolo similar, há três anos, tendo abrangido as províncias de Cabinda, Bengo, Bié, Benguela, Malanje, Kwanza-Sul, IS Kuando Kubango, Moxico, Huambo e Uíje.

No entender do vice-ministro da Educação, Pinda Simão, o protocolo ora rubricado trará grandes benefícios para o sistema educativo e para o povo angolano, nomeadamente na promoção da mudança de atitudes e comportamentos.

Pinda Simão sublinhou que o protocolo vai permitir o exercício de várias acções como a formação de professores numa matéria considerada importante, sobretudo numa altura em que o país enfrenta os desafios do desenvolvimento.

Financiada pela Comissão Europeia e pela Embaixada da Holanda em Angola, a Development Workshop (DW) trabalha em parceria com o Governo angolano e organizações nacionais desde 1981.

3.2 Ministro do Interior inteira-se dos problemas de Cabinda

Jornal de Angola...04-08-07

O ministro do Interior e chefe do grupo de acompanhamento do governo para a província de Cabinda, Roberto Leal Monteiro "NGongo", participa

desde ontem na reunião do Conselho da Província de Cabinda.

O encontro, que está a analisar a situação social e económica da região, vai igualmente discutir o grau de cumprimento das recomendações feitas pelo grupo de supervisão e acompanhamento durante o primeiro trimestre deste ano.

A situação das firmas que não cumprem os contratos, assim como das empresas de madeira acusadas de danificar as estradas com as suas máquinas, merecerá a atenção dos participantes.

Outras questões a abordar neste encontro têm a ver com a paralisação das obras na estrada do bairro Chiveca e com as bombas de combustível da Sonangol. Quinta-feira, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", em companhia do governador Aníbal Rocha, deslocou-se aos municípios do Belize e Bucu-Zau, onde diagnosticou a execução das obras inscritas no programa de acção do governo da província de Cabinda. No Belize, o ministro do Interior teve a oportunidade de se inteirar das obras no centro de saúde da aldeia de Sanga-Planície, da ponte sobre o rio Muinguissi e de três residências destinadas aos médicos que trabalham naquela província.

No Belize, o governador provincial Aníbal Rocha procedeu à apresentação de três médicos sul-coreanos que, juntamente com um especialista angolano, asseguram a assistência médica e medicamentosa à população local.

No município do Bucu-Zau, Roberto Leal Monteiro observou a execução das obras da escola do I e II níveis e das residências para os professores, do tribunal municipal, do centro de saúde, do templo da Igreja Católica e do Hospital de Alzira da Fonseca.

O ministro mostrou-se satisfeito com o que viu e considerou que tal se deve aos êxitos alcançados na implementação do Memorando de Entendimento para a paz na região.

3.3 Questionam o silêncio do procurador-geral da república

Folha8...04-08-07

Nove organizações não governamentais escreveram ao Procurador-Geral da República, Augusto Carneiro, questionando o silêncio desta instituição sobre várias irregularidades que se vêm registando sob o olhar complacente do Governo. As organizações SOS Habitat, Associação Justiça Paz e Democracia, Acção para o desenvolvimento pesquisas e Cooperação Internacional, Mulheres Paz e Desenvolvimento, Rede da Paz, Coligação para a Transparência, Reconciliação e Cidadania, Luta pela Vida, Centro de Aconselhamento e Plataforma da sociedade para Eleições, solicitaram os

esclarecimentos sobre o caso do desaparecimento dos trilhões, a falência do banco CAP, o assassinato de jornalistas e depósitos de recursos financeiros públicos em contas privadas.

Os subscritores que há quatro anos para cá escreveram ao Procurador-Geral da República nunca tiveram resposta das preocupações colocadas e nenhum momento a sociedade foi informada da continuidade ou não das investigações que a lei impõe para esses casos.

O documento faz referência de que, no decurso da já longa espera, sob o silêncio da P.G.R, que se ia acumulando aos anteriores, sucederam novos casos ainda sem solução com o destaque do assassinato do deputado da oposição e líder do PDP-ANA, Mfulupinga Landu Victor, das frequentes violações da liberdade de manifestação e prisões arbitrárias de membros do PADEPA. Para as organizações não governamentais, continuam a existir cadeias e celas de esquadras da Polícia Nacional que não reúnem as condições exigidas pela lei e pela constituição.

"Sucedem-se casos em que não se cumpra a obrigação de apresentação de pessoas detidas ao Magistrado do Ministério Público. As cadeias angolanas continuam abarrotadas com pessoas à espera de julgamento há anos", denunciam, frisando que o excesso de prisão preventiva em instrução preparatória e contraditória constitui uma grave e sistemática violação dos direitos humanos no país.

As ONGS alertam que a negligência que garante a impunidade aos poderosos e seus agentes, perpetua e potencia factores de predação do humano, que tem conduzido de modo endémico à morte precoce de angolanos.

3.4 As contas em debate

Jornal de Angola...10-08-07

As discussões de ontem ontem no Parlamento focaram com bastante insistência os diferentes instrumentos que permitem aferir do desempenho do Governo na gestão da coisa pública. Balanço da execução do OGE e contas gerais do Estado foram alguns dos documentos referidos pelos deputados e por membros do Governo. A maioria dos deputados convergiu no reconhecimento de que o poder executivo fez melhorias consideráveis no modo de apresentação das contas do Estado. Os deputados gostaram da maneira mais clara e pormenorizada como o Governo fez chegar a si os quadros e os mapas que ilustram às quantas anda a gestão pública.

Porém, os deputados não deixaram de fazer reparos a alguns pormenores, como o facto de a radiografia dos bens patrimoniais imobiliários do Estado conter ainda

imprecisões. O deputado Fernando Heitor foi um dos parlamentares que referiu o facto de os documentos não conterem o número exacto dos bens imóveis do Estado, posição em que foi apoiado pelo deputado Bornito de Sousa.

O ministro das Finanças agradeceu, em nome do Governo, o reconhecimento e encorajamento da Assembleia Nacional, e anunciou estarem em estado avançado os trabalhos técnicos necessários à elaboração do levantamento total e pormenorizado da situação patrimonial do Estado.

Além disso, revelou estarem em discussão nos órgãos colegiais do Governo os instrumentos que deverão resultar na constituição da Ordem dos Contabilistas de Angola, órgão corporativo que deverá ser um importante parceiro do Estado na regularização técnica das contas deste e de outros entes públicos e privados. Iniciativas como estas atestam os traços da cultura de prestação de contas que tem vindo a ser impantada no país desde há alguns anos, que deverá reforçar a política de gestão aberta da economia, com a possibilidade de qualquer deputado e cidadão conferir os números que fazem mover a nossa administração.

3.5 Os números do orçamento revisto

Capital...11-08-07

O sector não petrolífero vai, à semelhança de 2006, exibir um crescimento superior ao que se espera da economia gerada pela indústria petrolífera. Pelo menos é o que indica a versão revista do Orçamento Geral do Estado para 2007, já em apreciação ao nível do Parlamento.

De acordo com o que consta do documento, a economia extra petrolífera conta este ano crescer em 27,9 por cento, ou seja, cerca de 14 pontos percentuais mais que o sector petrolífero que, na avaliação do Governo, pode expandir-se em 13,6 por cento. Na versão inicial do OGE do presente ano, as autoridades angolanas previam que o sector dos petróleos viria a crescer em 33,6 por cento, indicador que veio a ser alterado na revisão orçamental que o Governo procura fazer aprovar na Assembleia Nacional.

Assim, o Produto Interno Bruto angolano que, conforme projecções iniciais registaria um crescimento de 31,2 por cento, vai ficar-se apenas em 19,8%.

As alterações efectuadas ao OGE original não se limitaram somente a esses indicadores macroeconómicos. O preço médio de referência para a exportação de um barril de petróleo, por exemplo, também foi mexido, fixando-se agora em 52 dólares por barril, contra os 45 inicialmente aprovados.

Num relatório de fundamentação, o Governo justifica

a presente revisão orçamental com a necessidade de ajustar a previsão inicial das receitas inscritas no OGE de 2007 à evolução da conjuntura económica mundial e interna e à revisão da afectação dos recursos aos programas impostos por várias circunstâncias. Um dos factores evocados são as intensas chuvas que se fizeram sentir no país e cujas consequências, de acordo com a justificação das autoridades, «demandaram o reequacionamento de alguns programas e projectos».

O OGE revisto, que comporta receitas e despesas na ordem dos 2,3 triliões de kwanzas, apresenta um défice agora maior. No global, o défice orçamental está avaliado em cerca de 9,7% do PIE, mais 6,4 pontos percentuais do que no orçamento inicial.

O Governo explica tal situação com o facto de ter havido uma redução das receitas fiscais, ao mesmo tempo que se incrementou as despesas.

Esta revisão ocorre num exercício em que é notória uma apreciação do kwanza em relação as moedas de maior referência nas transacções angolanas. E essa apreciação não é casual, decorrendo do fluxo de divisas geradas pelo sector petrolífero, face ao aumento da produção e do nível de preços.

GOVERNO MANTÉM META DE INFLAÇÃO EM DEZ POR CENTO

Um dos indicadores macroeconómicos que, no âmbito da revisão orçamental não sofreu alteração, é a meta de inflação esperada para este ano.

E essa pode ser a explicação para o reconhecimento das autoridades que, a dado passo da sua fundamentação, vê a taxa de inflação anual a se mostrar estável em torno dos 12,3 por cento, devido, como disseram, «a factores estruturais e sazonais que têm impacto negativo sobre a oferta de bens e serviços».

A mesma resistência já não se pode dizer em relação a inflação nuclear que, segundo o Governo, «terá já atingido um nível inferior a dois dígitos».

3.6 Peregrinos meditam sobre boa governação para o desenvolvimento

Angop...30-08-07

A sétima peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Muxima, localizado na vila com o mesmo nome, na província do Bengo, inicia sexta-feira com o lema a "boa governação dentro e fora da Igreja para o desenvolvimento", soube hoje a Angop. Neste momento, se encontram no local pessoas de distintas províncias de Angola, que estarão envolvidas, de 31 de Agosto a 02 de Setembro, em momentos de oração e meditação pedindo ajuda à Deus, por intercessão de Nossa Senhora da Muxima.

Para garantir a segurança, a Polícia Nacional, Serviços de Bombeiros e de Saúde reforçaram os seus efectivos na vila, visando garantir a segurança e assistência médico-medicamentosa aos peregrinos.

Nesse âmbito, decorre desde hoje, no recinto, uma campanha de vacinação contra a poliomielite, que tem como objectivo imunizar as crianças dos zero aos cinco anos, que até ao momento não foram vacinadas. Os balneários fixos e móveis já estão a ser utilizados pelas pessoas. A Empresa de Saneamento de Luanda (Elisal), associando-se a peregrinação promovida anualmente pela Igreja Católica, está a prestar os seus serviços.

A Igreja, juntamente com os seus parceiros, disponibilizou tendas e desbastou terrenos para acolher as pessoas que acorrerão ao Santuário. Em termos de telefonia móvel, até ao momento opera na vila da Muxima a Movitel, detentora da rede 91, que também disponibilizou os serviços de venda de cartões taco.

Segundo uma fonte da Igreja, aguarda-se ainda hoje, quinta-feira, pela inauguração do sinal da Unitel, que já instalou uma antena receptora e tem efectivos a trabalhar no local.

A vila da Muxima está localizada a 130 quilómetros de Luanda e existe desde os primórdios da ocupação portuguesa. A imagem de Nossa Senhora da Muxima é a maior devoção popular em Angola e congrega até pessoas que não professam a fé católica.

3.7 Sociedade civil fala sobre planeamento comunitário

Angop...30-08-07

Os membros da sociedade civil, incluindo quadros da Administração do Município da Tchicala-Tcholohanga, situado a cerca de 42 quilómetros a Este da cidade do Huambo, participam a partir de hoje num seminário de três dias sobre planeamento comunitário. O seminário visa capacitar os quadros administrativos e os membros das comunidades rurais no sentido de se tornar a governação mais participativa, em prol da melhoria da situação socio-económica da população daquela circunscrição.

De acordo com fontes da administração, o encontro está enquadrado no Programa de Desenvolvimento do Município (PDM).

Ainda neste município, os membros da administração estiveram reunidos terça-feira na sua 3ª sessão ordinária para avaliação do grau de desenvolvimento municipal, durante o qual foi aprovado com emendas a proposta de orçamento para 2008 e o planeamento de desenvolvimento a médio prazo 2009-2013, tendo

recomendado a introdução de algumas alterações ao perfil do município elaborado.

3.8 Peregrinos meditam sobre boa governação para o desenvolvimento

Angop...30-08-07

A sétima peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Muxima, localizado na vila com o mesmo nome, na província do Bengo, inicia sexta-feira com o lema a "boa governação dentro e fora da Igreja para o desenvolvimento", soube hoje a Angop. Neste momento, se encontram no local pessoas de distintas províncias de Angola, que estarão envolvidas, de 31 de Agosto a 02 de Setembro, em momentos de oração e meditação pedindo ajuda à Deus, por intercessão de Nossa Senhora da Muxima. Para garantir a segurança, a Polícia Nacional, Serviços de Bombeiros e de Saúde reforçaram os seus efectivos na vila, visando garantir a segurança e assistência médico-medicamentosa aos peregrinos. Nesse âmbito, decorre desde hoje, no recinto, uma campanha de vacinação contra a poliomielite, que tem como objectivo imunizar as crianças dos zero aos cinco anos, que até ao momento não foram vacinadas. Os balneários fixos e móveis já estão a ser utilizados pelas pessoas. A Empresa de Saneamento de Luanda (Elisal), associando-se a peregrinação promovida anualmente pela Igreja Católica, está a prestar os seus serviços.

A Igreja, juntamente com os seus parceiros, disponibilizou tendas e desbastou terrenos para acolher as pessoas que acorrerão ao Santuário. Em termos de telefonia móvel, até ao momento opera na vila da Muxima a Movitel, detentora da rede 91, que também disponibilizou os serviços de venda de cartões taco.

Segundo uma fonte da Igreja, aguarda-se ainda hoje, quinta-feira, pela inauguração do sinal da Unitel, que já instalou uma antena receptora e tem efectivos a trabalhar no local. A vila da Muxima está localizada a 130 quilómetros de Luanda e existe desde os primórdios da ocupação portuguesa. A imagem de Nossa Senhora da Muxima é a maior devoção popular em Angola e congrega até pessoas que não professam a fé católica.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Ciclo eleitoral

Agora...04-08-07

Na crónica anterior, intitulada "Inovar (e modernizar) a política", ativemo-nos quase em exclusivo a este tema em função das eleições legislativas do próximo ano. Sucede, porém, que entre 2008 e 2009 teremos um ciclo eleitoral de dois pleitos consecutivos, que encerrará com as presidenciais. Aqui chegados, sem ainda avançar cenários previsíveis, importa igualmente saber o que poderá evoluir em relação a 1992, passados que são 17 anos, tomando em conta o ano de 2009.

Retomando a temática da semana passada, não espantará se, em plena campanha para as presidenciais, não se venha sequer a realizar um debate entre os principais políticos que se venham a candidatar.

Desde logo, sabe-se que, na pele de candidato, que o será certamente, Eduardo dos Santos é um homem avesso ao debate, ao contraditório. Já em 1992, recorde-se, o eterno Presidente abandonou a conferência multipartidária, alegando que algumas propostas da oposição equivaleriam a um "golpe de estado".

Quando, na semana passada, defendemos a inovação e a modernização da política, fizêmo-lo no sentido lato do termo. E não se pode ter um presidente candidato que venha a passar por cima desta prática reconhecidamente universal que é a de aceitar debater ideias para o país no confronto com os seus opositores. Atente-se igualmente ao facto de que os problemas mais latentes do país, independentemente das emoções que as eleições suscitem, não se resolvem com simples actos eleitorais.

Ao candidatar-se em 2009, Eduardo dos Santos esgotou literalmente um ciclo político para além do qual não seria de bom aviso prolongá-lo até 2014, como parece vir a suceder.

De tão viciadas estarem as cartas, ele deixa a nítida sensação de que se baralhou a si próprio, não tendo ainda optado pelo delfim que o viria a suceder na "corte palaciana".

Cumprindo, a partir de 2009, o primeiro mandato presidencial legitimado pelo voto em 2014 Eduardo dos Santos terá frequentado a casa dos 70 anos, uma longevidade de ininterruptos 35 anos de poder. E, contrariamente ao sentimento que os políticos tendem a alimentar, os líderes que permanecem exageradamente no poder acabam por se tornar cansativos, facilmente esquecido pelo seu povo, como

poderá suceder com Eduardo dos Santos, ao franquear, pela última vez, os portões do palácio da Cidade Alta.

A vertigem das atabalhoadas e apressadas obras chinesas vai proporcionar, nos próximos dois anos, um Carnaval de corta fitas, o que estará muito longe de inverter o ciclo crónico da Miséria. E esta, como é consabido, é a ante-câmara da subserviência e da ignorância.

Num regime que se quer democrático, as eleições são sempre um passo em frente, mas uma vez elas realizadas, o país continuará a enfrentar crónicos problemas de valorização humana que apenas se vão superando com políticas concretas que não passam apenas pela "ditadura" do betão armado.

4.2 Mulheres afluem ao registo na comuna de Calenga

Jornal de Angola...24-08-07

Numa localidade que tem no cultivo agrícola a sua principal actividade económica, deixar de ir ao campo um dia pode significar enorme prejuízo para o agricultor.

Em Abril último, no apogeu da época chuvosa, fruto de uma intensa campanha de educação cívica eleitoral, mais de milhar e meio de camponesas da comuna de Calenga (Caála), faltaram ao trabalho pelo menos uma vez para fazerem o registo eleitoral.

O administrador local, Samuel Ntima, revelou ao JA que esta terá sido a mais alta taxa de adesão ao censo eleitoral por mulheres no mesmo mês, frisando ter sido fruto de um esforço conjunto das entidades governamentais e tradicionais locais.

Samuel Ntima sublinhou que as autoridades tradicionais têm estado a exercer um papel importante quanto à sensibilização das populações para que se dirijam em massa aos postos de registo a fim de exercerem o direito de voto no próximo pleito.

4.3 ONG vai usar rede telefonica para divulgar processo eleitoral

Jornal de Angola...25-08-07

A Rede Eleitoral Angola, conjunto de organizações não-governamentais que trabalham no processo eleitoral, vai lançar brevemente uma campanha de educação cívica eleitoral através do serviço de telefonia móvel. De acordo com o oficial de imprensa da REA, Angelino Gomes, a campanha consiste na disseminação de mensagens-explicativas aos utentes sobre as tarefas que antecedem o acto de votação, nomeadamente a actualização dos cadernos eleitorais e outros procedimentos previstos na Lei Eleitoral.

Em declarações à Angop, Angelino Gomes apelou on-

tem aos cidadãos em idade de votar e que ainda não se registaram a fazê-lo antes de 15 de Setembro, data da conclusão do processo. "É imprescindível que todos os cidadãos maiores de 18 anos se recenseiem afim de obterem o cartão de eleitor e, deste modo, habilitarem-se à eleição dos futuros dirigentes do país", frisou.

Implantada em 12 das 18 províncias do país, a REA tem incidido as suas actividades na campanha de educação cívica dos cidadãos para o Registo Eleitoral² e na observação deste processo, constituindo-se na maior parceira do Governo nesta empreitada, estimou a fonte.

A instituição é de âmbito nacional e integra 46 organizações não-governamentais. Foi criada em 2003, com o propósito de trabalhar em prol da preparação das eleições, tendo participado na elaboração do Pacote Legislativo Eleitoral, aprovado em 2005.

4.4 Comissão eleitoral assegura transparência e imparcialidade

Folha8...25-08-07

O presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) de Angola, Caetano de Sousa, assegurou que este organismo tem praticado a "imparcialidade, transparência e inclusão".

"A Comissão Nacional Eleitoral, no ambiente de paz que o nosso país vive, tem praticado a transparência, a participação, a inclusão e a imparcialidade".

O dirigente da CNE discursava na abertura da IX Conferência Anual do Fórum de Comissões Eleitorais da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).

"A CNE tem exercitado imparcialidade, praticando o tratamento igual para todos: partidos políticos, organizações não-governamentais e da sociedade civil", acrescentou. Segundo Caetano de Sousa, "o registo eleitoral está na sua fase de conclusão o que permite a breve trecho ter o conhecimento exacto do número de eleitores que vão participar nas próximas eleições". Por seu lado, o presidente da Assembleia Nacional de Angola, Roberto de Almeida, realçou que estão a ser criadas condições para que as eleições gerais se realizem o "mais breve possível".

"A Comissão Nacional Eleitoral de Angola pode, nos prazos que forem fixados, organizar as eleições parlamentares e presidenciais", afirmou Roberto de Almeida. Numa altura que se preparam as eleições gerais em Angola, o líder parlamentar aproveitou para criticar alguns profissionais da comunicação social angolana que acusou de deturparem a informação e optarem por um jornalismo "sensacionalista".

"O que esperamos de todos os profissionais da comunicação social é que informem com rigor e com

isenção no respeito escrupuloso da verdade dos factos", afirmou Roberto de Almeida.

Já o presidente do Fórum das Comissões Eleitorais da SADC, João Leopoldo, destacou a colaboração entre o órgão que dirige e a Comissão Nacional Eleitoral para que o escrutínio em Angola decorra dentro da "normalidade". "Sendo nossa missão a promoção de condições conducentes à realização de eleições credíveis e transparentes na região da SADC, não devíamos ficar indiferentes face ao recenseamento em curso, cumprindo o dever de saudar por esta decisão e antecipadamente manifestar a disponibilidade do fórum para colaborar com a CNE para um processo eleitoral eficiente e transparente, assim como o nosso interesse em tirar lições específicas no processo eleitoral de Angola", referiu João Leopoldo. O Fórum das Comissões Eleitorais da SADC debateu questões relativas às campanhas eleitorais e à liberdade de expressão em democracias emergentes. Dados disponíveis indicam que sete milhões de angolanos foram registados no país, de um total de 7,5 milhões previstos para as eleições de 2008 (legislativas) e 2009 (presidenciais).

4.5 Delimitação de terras comunitárias contribui para redução de conflitos

Jornal de Angola...27-08-07

Os participantes no curso sobre delimitação de terras comunitárias, realizado na cidade do Huambo, durante 23 dias, consideram que esta actividade vai ajudar a redução de conflitos e melhorar a gestão das terras pelas comunidades.

Para o técnico da ONG "ADRA-Angola" na província de Benguela, Hosório Felizardo, a formação teórico-prática permitiu exercitar técnicas de diagnóstico rural participativo e aprofundar conhecimentos sobre a nova Lei de Terras, um exercício que, associado aos esforços da população, ajudará a resolver conflitos através do diálogo.

Aquele activista da sociedade civil referiu que durante o curso, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), os participantes rea-lizaram práticas de campo em algumas comunas e aldeias do município da Caála, onde delimitaram parcelas de terra e entregaram croquis de localização para os proprietários. Hosório Felizardo referiu que no decorrer das actividades práticas foi difícil em algumas aldeias resolver conflitos entre fazendeiros e camponeses residentes.

Por seu turno, o vice-decano da Faculdade de Ciências Agrárias para o ramo científico, David Kiala,

considerou que a formação de técnicos sobre delimitação de terras comunitárias vai ajudar os estudantes desta instituição de ensino superior na escolha de temas para trabalho de fim de curso. Por outro lado, o vice-governador para a área económica e produtiva, David Barbosa, referiu que o curso intensivo permitiu a especialização de recursos humanos do governo local, a simplificação do processo de delimitação e o conhecimento da dinâmica de uma comunidade através do diagnóstico rápido participativo.

"Depois deste curso, acredito estarem aptos para manusearem fotos aéreas, imagens satélites e mapas topográficos que facilitem a identificação dos limites que comprovam a diversidade dos recursos naturais", referiu o vice-governador. Os 30 beneficiários desta acção formativa foram os representantes do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCS), do Urbanismo e Ambiente, do Ordenamento do Território, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural (Minader) e de organizações não governamentais.

4.6 Workshop recomenda medidas contra violência no género e vandalismo

Jornal de Angola...27-08-07

O workshop sobre "Eleições - Vencer com trabalho", realizado de 23 a 24 na cidade do Namibe, recomendou ao Governo e seus parceiros sociais que continuem a desenvolver esforços que diminuam os casos de violência no género, cultivando a moral social. No workshop, que contou com a participação de numerosos militantes do Partido maioritário a todos os níveis, e, ainda dos representantes da sociedade civil, participaram os prelectores, João Pinto, docente universitário, a psicóloga Maria de Encarnação Pimenta, a jurista Idalina Valente, o director provincial do Namibe da Investigação Criminal, Pedro Lufungula e advogado, Raul Rodrigues que apresentaram comunicações sobre "A violência como falência social", "A Família Angolana que pretendemos construir", "A interacção entre as eleições e o bem-estar social, num Estado de Direito e Democrático", "A Violência Social na Perspectiva Criminal", "A família: Passado, Presente e Futuro e Olhando para o Mar, que Economia de Pesca Teremos?".

Após dois dias de debate, o comunicado final reflectiu os novos desafios do Partido rumo às próximas eleições e apontou ainda que, para a melhoria das condições de vida das populações, na perspectiva do combate à violência social, é imperioso que o sector privado contribua ainda com mais acções de forma a

ajudar o Governo a estabilizar a economia, criando postos de trabalho e oferecendo empregos. Os participantes ao workshop encorajaram também o Governo no sentido de continuar a envidar esforços na recuperação do sector de pescas na província por constituir um motor de estabilidade familiar e social. O workshop chamou ainda a atenção para que todos os angolanos, e de forma especial os residentes no Namibe se constituam em participantes activos em todos os esforços que concorram para um processo eleitoral saudável, expressivo e sem abstenções. No final, os participantes aprovaram duas moções que enaltecem a conquista de mais um título africano de basquetebol pela selecção nacional masculina e de felicitação ao Presidente do MPLA e da República pelo seu aniversário natalício a comemorar-se no próximo dia 28 do corrente. Segundo alguns oradores, bem como os intervenientes nos debates de temas que se sucederam acharam que o workshop superou todas as expectativas, tendo decorrido num ambiente de franca camaradagem e espírito criativo propiciando um conjunto de sugestões como contribuição aos esforços da organização e do governo da província com vista a normalização da sociedade no espírito da unidade e da reconciliação nacional.

4.7 Rede Eleitoral intensifica sensibilização nas comunidades

Angop...30-08-07

A organização rede eleitoral no Huambo vai intensificar, nos próximos dias, a campanha de sensibilização que desenvolve nas comunidades rurais da província, para convencer os cidadãos que ainda não se registaram a aderir ao registo. Em declarações hoje à Angop, o coordenador local rede eleitoral, Arão Abel disse que a actividade visa ir ao encontro de pessoas que por qualquer motivo não se registaram para lhes explicar a importância deste acto.

Após o registo eleitoral, informou, a rede vai desenvolver campanhas de educação para consultas de listas e reclamações.

A menos de quinze dias para o término do registo, estão cadastrados, de acordo com dados da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral, sete milhões de cidadãos.

4.8 Ministério da Justiça projecta meios alternativos para resolução de conflitos

Angop...30-08-07

O Ministério da Justiça vai iniciar, este ano, o funcionamento de sistemas alternativos de resolução de conflitos, nomeadamente os centros de conciliação, numa primeira fase na província de Luanda, como experiência piloto.

A informação foi avançada, quarta-feira, pela vice-ministra da Justiça para a área da legislação, Guilhermina Prata, durante uma palestra sobre "O Acesso da Mulher à Justiça", promovida pelo Secretariado Nacional da OMA, no âmbito das actividades comemorativas ao 65º aniversário do presidente da república, assinalado terça-feira.

De acordo com a governante, este sistema vai ser implementado na área do trabalho e da família, como forma de quebrar a morosidade dos tribunais e, conseqüentemente, o seu des congestionamento, remetendo aos órgãos judiciais aquelas causas mais complexas, tendo em conta a sua natureza.

Na área da família, a vice-ministra lembra que o meio de conciliação será uma mais-valia nas questões de prestação de alimentos (que engloba saúde, educação e alimentação), divórcio e outras questões deste ramo de direito.

Na área laboral, disse ser importante a conciliação, com vista a obtenção de um acordo no processo, evitando deste modo a sua remessa ao tribunal, exemplificando que estes métodos tem sido uma experiência boa no Brasil, países da América Latina e Portugal, que já tem a mediação penal.

Quanto ao acesso da mulher à Justiça, disse que este tem a ver com o conhecimento destas para exigir o pleno exercício dos seus direitos, fundamentando que a lei constitucional estabelece o princípio da igualdade entre o homem e a mulher, que está subjacente na não discriminação, cabendo a cada cidadão impugnar os actos que violem os seus direitos.

Para ela, o acesso da mulher à Justiça ainda tem sido limitado, devido a questão económica e cultural, mas é preciso esclarecer e educar que o acesso aos tribunais é uma garantia constitucional e a ninguém pode ser denegado este bem por insuficiência financeira.

Nos casos dos cidadãos de baixa renda, referiu existir o patrocínio judiciário como mecanismo de apoio do Estado, onde o cidadão nesta condição terá direito a um advogado e estará isento de pagar os preparos e custas judiciais, mediante apresentação de um certificado de pobreza, emitido pela administração municipal.

Sublinhou que, por este meio a justiça e o direito é acedido por todos, assim como podem ser orientados

pela a Provedoria de Justiça, mediante apresentação de reclamação.

Em relação à violência doméstica, definiu como sendo aquela que se efectiva no seio familiar, onde as mulheres, crianças e adolescentes são as maiores vítimas, sendo a questão de dependência económica em relação ao homem que a faz consentir este mal sem denunciar.

Concluiu ser necessário uma legislação específica sobre a violência doméstica, além do código penal.

Participaram no acto as vice-ministras da Família e Promoção da Mulher e da Reinserção Social, Ana Paula do Sacramento e Maria da Luz, respectivamente, além da secretária nacional da OMA, Luzia Inglês, segunda secretária provincial do MPLA em Luanda, Carolina Fortes, e outros membros do partido e da OMA.

4.9 Constituído núcleo de monitoria dos direitos humanos em Quitexe

Angop...31-08-07

Quarenta pessoas compõem o núcleo de monitoria e protecção dos direitos humanos, constituído no termo de um seminário realizado de segunda a quinta-feira, na localidade de Quitexe, 40 quilómetros a sul da capital da província do Uíge.

O núcleo terá como tarefa a disseminação de conhecimentos sobre os direitos humanos nas diversas comunidades da circunscrição.

O seminário, promovido pela Procuradoria Geral da República na região, visou capacitar os formadores sobre conceitos básicos e papel das instituições na preservação dos direitos humanos.

Alguns participantes manifestaram o seu regozijo pela realização da acção formativa, que visa a banir certos comportamentos reprovados pela sociedade.

Actividade do género será realizada nos próximos dias no município do Songo.

4.10 Coordenador da CIPE considera ganha `batalha´ do Registo Eleitoral

Angop...31-08-07

O coordenador da Comissão Inter-ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio Fontes Pereira, disse hoje (sexta-feira), em Luanda, que a batalha do Registo Eleitoral, em termos quantitativos e qualitativos, está praticamente ganha.

Virgílio Fontes Pereira falava durante um encontro mantido com os representantes de partidos políticos com e sem assento parlamentar, destinado a esclarecer

o andamento do referido processo.

Durante o encontro, decorrido numa das salas da Assembleia Nacional, o coordenador do CIPE salientou que o registo eleitoral decorre de forma satisfatória, sem prejuízos de maior que não põem em causa os objectivos definidos.

"Em termos globais, podemos dizer que a batalha do registo eleitoral está praticamente ganha. Em termos qualitativos e quantitativos atingimos praticamente os objectivos que o país nos mandou para realizarmos esta tarefa", sublinhou.

Explicou que, para o sucesso da operação do registo nos locais mais recônditos do país, a CIPE teve que mobilizar um grande aparato logístico, desde meios aéreos, fluviais, entre outros, para ir ao encontro da população com capacidade eleitoral.

No entanto, disse não ser ainda o momento para se fazer um balanço final, porquanto existe ainda coisas por melhorar e números por atingir.

Segundo Virgílio Fontes Pereira, a caracterização dos números foi ilustrada com previsões em algumas províncias acima daquilo que na realidade se veio a constatar.

A nível da província de Luanda, por exemplo, de acordo o também ministro da Administração do Território, os números com que se estava a operar vieram a mostrar que eles estavam situados a baixo da população existente para se registar.

"Em Luanda prevíamos registar um milhão e 600 mil cidadãos, mas atingimos dois milhões e 200 mil ", disse o governante.

Segundo disse, ao contrário de algumas províncias onde se previa que os números estivessem muito mais acima, como o Huambo, " fomos encontrando alguma desertificação de eleitores, em função do conflito armado que o país viveu".

No caso de Luanda, sublinhou, os números demonstram que a região tornou-se residencial em função das migrações internas ocorridas após o conflito armado, baralhando os números iniciais previstos a partir do momento que o processo de registo eleitoral se foi consolidando.

Depois de Luanda, a província da Huíla é que atingiu o maior número de registos.

Entretanto, o coordenador da CIPE fez saber que actualmente o processo de registo se caracteriza por uma fase de consolidação de todas as acções definidas, tais como o número de registos feitos e as zonas onde as brigadas efectuaram o seu trabalho.

"O que fazemos é consolidar as posições de registo ao nível das comunas, aldeias e povoações , através da campanha "Registo Estou Aqui" dos cidadãos que ainda não se cadastraram.

Disse ser um trabalho aturado que exige um desdobramento de brigadas muito grande para se

atingir as povoações e aldeias.

Segundo o ministro, apesar da complexidade do próprio trabalho, "tem nos animado porque vamos descobrindo situações que vão facilitar a vida dos partidos políticos e da própria Comissão Nacional Eleitoral (CNE) na fase das mesas das assembleias de votos".

Por outro lado, informou que ao nível das províncias da Lunda Norte, Bié e Moxico, onde havia alguns problemas, a CIPE criou já condições logísticas que permitirão reverter o quadro dentro de aproximadamente uma semana.

Quanto aos casos de registo fraudulento, fez saber que baixaram consideravelmente.

O coordenador da CIPE elogiou, por outro lado, o trabalho efectuado pelos fiscais dos partidos políticos.

Iniciado a 15 de Novembro de 2006, o registo eleitoral termina no dia 15 de Setembro próximo, após uma fase de prolongamento de três meses. A lei estabelece que 19 dias após o fim do registo se faça a exposição dos cadernos eleitorais.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Programa "Merenda escolar" retoma na província de Luanda

Jornal de Angola...09-08-07

A Vice-governadora de Luanda para a Esfera Social, Francisca do Espírito Santo procedeu ontem em Luanda ao lançamento do programa "Merenda escolar", que vai beneficiar cerca de 100 mil crianças de 151 escolas da capital.

A cerimónia teve lugar na Escola primária 6003, localizada no bairro da Camama, município do Kilamba Kiáxi.

Francisca do Espírito Santo afirmou que a experiência confirmou que a merenda escolar ajuda no rendimento escolar das crianças, contribui para a assiduidade e para a diminuição das taxas de reprovação.

O programa merenda escolar iniciou em 2001. Funcionou com algumas irregularidades, mas o Governo de Angola assumiu-o como compromisso seu, destinado a criar melhores condições de nutrição às crianças do ensino primário, disse. O programa já está a ser levado a cabo em várias províncias. Chegou a vez de Luanda." Por isso, os meninos da Escola 6003 estão de parabéns. Vocês têm o privilégio de serem os primeiros a receberem a merenda escolar. Que isto sirva para estudarem com mais afinco", declarou.

Na cerimónia, o aluno Gelson Costa fez a distribuição simbólica do lanche aos colegas. A merenda escolar, cujos produtos são fabricados pela Lactiangol, consiste num pão; coto de leite achocolatado com vitamina A e bolacha doce.

A vice-governadora apelou os responsáveis da Educação em Luanda e as comunidades em conjunto, a criarem condições organizativas para que o programa funcione regularmente.

O acta contou com a presença do administrador do Kilamba Kiáxi, José Francisco Ranque Franque, de chefes de secções municipais da Educação, directores de escolas, professores e alunos.

5.2 Nova escola em Capenda para mais de dois mil alunos

Jornal de Angola...13-08-07

A vida estudantil, que ainda tem sobressaltos em Capenda Camulemba, município localizado na província da Lunda-Norte, vai conhecer melhores dias

no próximo ano lectivo.

Para o efeito, está em marcha a construção de mais uma escola de raiz com capacidade para albergar dois mil e 100 alunos.

Para a consecução deste projecto de impacto social, as obras, que vão comportar seis salas de aula, que funcionarão numa fase inicial em dois turnos, estão em fase adiantada, e o empreiteiro acredita, piamente, que elas serão entregues antes do final do ano.

António Marques, que dirige os trabalhos, tem essa convicção, porquanto está contornada a questão que se prende com o fornecimento dos materiais inertes, nomeadamente a areia e a brita.

Despertou a curiosidade de muitos jovens e muitos deles abeiraram-se, durante a nossa presença, da futura escola, esperando talvez que tivéssemos levado a varinha mágica para a resolução do problema que está a adiar o seu futuro. Gabriel Mutindi é uma delas. Tem onze anos. Por imperativos de uma determinada conjuntura, no presente ano lectivo, os pais matricularam-no, mas o nome não saiu nas escolas existentes. A maior parte delas são de construção precária e estão nas zonas periféricas.

Sem beira nem eira, o jovem e outras crianças, também fora do sistema de ensino, deambulam, inconformadas, diariamente, nas ruas poeirentas do município, esperando que a sua situação, e futuro, mude.

Todavia, têm a certeza que o seu querer esbarra ainda na falta de espaço para aprender o bê-á-bá. O futuro, porém, é ainda uma quimera, mas pode transformar-se numa realidade. Ele aguarda, com sofreguidão, por esse desfecho!

Enquanto Gabriel Mutindi vai fazendo contas à vida, Penei Domingos Nato esfrega as mãos de contente porque está a estudar na escola primária João Paulo II, uma instituição escolar pertencente à Igreja Católica. Tem 12 anos e estuda a terceira classe. O jovem Penel Nato calça chinelos, veste umas calças jeans de fardo e uma camisola surrada devido ao tempo de uso. Não usa bata. Não demonstra muito interesse neste aspecto. Fala do professor Paulito e manifesta a sua euforia pelo facto de ter obtido 16 valores em Língua Portuguesa.

53 Província vai ter Campus Universitário

Jornal de Angola...13-08-07

Um campus universitário está a ser erguido na zona do Caio, província de Cabinda. O ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, procedeu ao lançamento da primeira pedra na manhã da passada sexta-feira.

O referido projecto, de acordo com alguns jovens, corresponde à expectativa e programas estabelecidos pelo Governo.

"Há aqui um objectivo muito claro de responder de uma forma consentânea aquilo que é a necessidade de formação superior a nível do País", disseram os jovens ao Jornal de Angola.

Para o arquitecto Troufa Real, que projectou o empreendimento, cumpre uma integração essencial naquilo que são aspectos . ecológico, sociológico e antropológico cultural da spcidade do Caio, em particular, e de Cabinda em geral. De acordo com ele, é uma obra pública de grande envergadura. "É obra de grande envergadura até para o planeta, porque se situa numa zona equatorial, numa zona que é hoje considerada de protecção da natureza e do meio ambiente a nível do planeta",

O arquitecto Trofa Real assegurou que a construção do campus universitário vai ao encontro daquilo que é o compromisso do Estado angolano no que concerne às preocupações internacionais estabelecidas pelas Nações Unidas e pelas grandes organizações que se preocupam com o ambiente no planeta.

É de realçar que o ministro Higino Carneiro inteirou-se, também, em Cabinda, da construção do Instituto Politécnica, bem como do projecto de urbanização habitacional que comporta mil casas económicas, que vão ser distribuídas partir dos proximos meses.

5.4 Vinte e duas crianças morrem de malária

Jornal de Angola...24-08-07

Vinte e duas crianças de ambos os sexos, no município de Ombandja, província do Cunene, morreram de malária, dos 612 casos registados durante o primeiro semestre do ano em curso pelo sector da Saúde na circunscricção.

O chefe de Secção da Saúde Pública, em Ombandja, Nicásio Ndelekufa, referiu que as mortes, na sua maioria, devem-se à chegada tardia dos doentes já em estado clínico grave, nas unidades sanitárias das circunscricções. No entanto, a fonte exortou à necessidade de se prestar mais atenção à criança, dos zero aos 5 anos, as mais vulneráveis a esta patologia.

O responsável sublinhou ainda que a sua secção notificou 196 casos de diarreia aguda, 59 por tuberculose e 51 casos de doenças respiratórias, as mais frequentes na localidade.

Ombandja, que dista a 93 quilómetros a Noroeste de Ondjiva, capital da província do Cunene, tem 24 postos de Saúde, um hospital municipal, nove médicos e 181 enfermeiros.

5.5 Mais de 100 jovens frequentam cursos de formação profissional no Negage

Angop...29-08-07

Cento e oito jovens estão inscritos para frequentar os cursos de electricidade, corte e costura e marcenaria, na cidade do Negage, no Centro de Formação Profissional do Mapess, soube hoje a Angop.

O formador da instituição, Vicente Cardoso, disse que os formandos subdividam-se em 36 alunos por cada especialidade, adiantando que seis outros estão actualmente a receber reciclagem sobre as técnicas dos referidos cursos para posteriormente trabalharem no novo Centro em construção.

5.6 Crianças de Saemba e Jamba Nondolo ganham escolas

Angop...30-08-07

Duas novas escolas comunitárias foram entregues quarta-feira às populações das localidades de Saemba e Jamba Nondolo, situadas a 28 e 35 quilómetros a nordeste e sul do município de Katchiungo, pelo administrador local, António Kotingo. As duas escolas primárias com três salas cada vão albergar no próximo ano lectivo mil e oitenta alunos. Fontes do sector da Educação revelaram à Angop que na localidade de Saemba estão a frequentar as aulas no ensino primário cerca de quatro mil e 500 alunos, enquanto na Jamba Nondolo apenas 950 crianças estudam, com suporte de 72 professores para as duas regiões.

Informaram que 1.480 petizes ficaram fora do sistema normal de ensino no ano lectivo em curso, um número que no próximo ano se espera reduzir na sua maioria. As duas escolas, um posto de saúde e dois poços de água constam dos projectos executados pela Organização Não Governamental canadiana Development Workshop (DW), dentro da parceria com o Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos ex-Militares (Irsem) no sentido de melhorar a situação socio-económica da população. O projecto de Katchiungo orçou em mais de 347 mil dólares norte americanos..

5.7 Município da Cela terá Instituto Médio Agrário

Angop...30-08-07

O município da Cela, província do Kwanza Sul, contará, a partir do próximo ano lectivo, com um instituto Médio Agrário com capacidade para mil e duzentos alunos, dos quais trezentos e cinquenta em regime de internato, anunciou hoje o administrador municipal, Isaías Luciano.

Segundo o administrador municipal, em declarações à Angop, as obras do empreendimento estão a cargo da empresa chinesa, CAMCOM-Internacional, e decorrem a bom ritmo.

saías Luciano, que não revelou o montante financeiro empregue na obra, sublinhou que o instituto médio agrário será "um ganho para a província do Kwanza Sul, em geral, e do município da cela, em particular, dada as suas potencialidades no domínio agro-pecuário".

Disse que o instituto vai ministrar cursos de produção animal, produção vegetal, recursos florestais, gestão agrícola e outros atinentes ao Sector agrário. O município da Cela, com a sede na cidade de Wacokungo, situa-se a 240 quilómetros a sudoeste da cidade do Sumbe (capital provincial) e possui uma população estimada em mais de 500 mil habitantes. Estão em curso naquele município diversos projectos de âmbito agro-industrial, com destaque para aldeia nova, que alberga cerca de 600 famílias, desmobilizados das forças armadas angolanas e das ex-forças militares da Unita..

5.8 Tchicala-Tcholoanga tem mais duas escolas

Jornal de Angola...27-08-07

Duas novas escolas construídas nas ombalás de Catewa e Calweyo, mais de 100 quilómetros da sede do município de Tchicala-Tcholoanga, foram inauguradas sexta-feira última pelo administrador local, José Manuel dos Santos. Com capacidade para albergar 725 crianças, as referidas escolas, construídas pela Organização Não-Governamental DW, em parceria com o Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-militares (IRSEM), comportam mais de seis salas de aulas cada uma.

Nos pátios das escolas foram construídas cacimbas (poços de água), banheiros e jardins.

5.9 Primeira fase da construção de Campus Universitário quase concluída

Jornal de Angola...27-08-07

A construção da primeira fase dos edifícios das Faculdades de Química, Física, Matemática e Ciências de Informática está quase concluída, faltando a colocação de condutas de ar condicionado e de bombeamento de água para uso interno. O facto foi revelado à Angop pelo arquitecto Cristian Vilarreal, da empresa Perkins & Will, projectista da obra, ao abordar o estágio dos trabalhos de construção do Campus Universitário

De acordo com o responsável, foi acabada a parte estrutural para se passar à fase de acabamentos que compreende a instalação de condutas de ar condicionado, bombeamento de água potável, assim como de água retratada para a rega de canteiros e suporte de piscinas decorativas, um trabalho a terminar entre Março e Julho de 2008. As estruturas construídas na primeira fase vão albergar salas de aulas, de professores, escritórios e uma sala de conferências para acolher assembleias e outros eventos inerentes às actividades estudantis, sublinhou o arquitecto.

A circulação dos 17 mil e 500 estudantes nas faculdades estará assegurada por escadas nas extremidades dos corredores que se ligam entre si dentro das respectivas faculdades.

As faculdades terão uma sala de conferências cada para albergar assembleias e outros eventos, assim como outra para teatro.

Por outro lado, estão em fase de conclusão os quatro andares da biblioteca, onde serão incorporados escritórios e salas de pesquisas, assim como uma cave para albergar salas de leitura, de convívio, arquivos, esplanadas e zona paisagística vocacionada à amenização do microclima local por meio de árvores e espelhos de água.

Segundo o responsável, está-se a definir em concurso público a construção da casa dos estudantes, a reitoria e um restaurante em áreas muito próximas à biblioteca, no intuito de fazer convergir os alunos ao centro do complexo e proporcionar-lhes o complemento de todos os serviços necessários à sua permanência na universidade.

Outros serviços do Campus Universitário estão a ser executados, a exemplo do sistema de armazenamento de água potável, assim como o de captação de águas de esgotos para seu tratamento e transformação em água pura, a fim de ser aplicada na rega dos espaços verdes da instituição.

Toda a água de esgotos será tratada por um processo de separação de resíduos sólidos, dado que a zona onde

se está a edificar o Campus Universitário é seca. Este processo evita o desperdício da água. Para assegurar o processo de purificação da água, a instituição conta com um grupo de cinco máquinas. Toda a água potável sairá da Estação de Captação e Tratamento de Águas do Kikuxi. O arquitecto disse também que está a ser construído, dentro do terreno da Cidade Universitária, uma subestação de energia para a sua distribuição ao complexo. Pretende-se assim reduzir os gastos com a electricidade. Também foram montados geradores para eventuais situações de fornecimento alternativo. A Cidade Universitária será apoiada por uma linha rodoviária. Terá duas estradas principais e algumas secundárias. A sua construção é feita por 250 jovens, entre os quais angolanos e estrangeiros. Este número de trabalhadores vai dobrar dentro de 15 dias, com o começo dos trabalhos de acabamento das faculdades e da biblioteca. A primeira fase, referente à edificação das faculdades e da biblioteca, está orçada em 150 milhões de dólares. A área da Camama, antes circunscrita aos seus habitantes, viu-se aberta à normalidade com a construção do Campus, o surgimento de estradas, bem como de zonas residenciais, daí o facto de ser considerada zona de expansão natural da cidade de Luanda.

5.10 Governante pede contribuição da sociedade na melhoria da situação da criança

Angop..31-08-07

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, pediu sexta-feira, em Luanda, a contribuição da sociedade na melhoria da situação da criança no país. O governante fez este apelo na abertura do primeiro plenário ordinário do Conselho Nacional da Criança, ocorrido no anfiteatro do Ministério da Reinserção Social (Minars). Ressaltou que no decurso das deliberações do III Fórum Nacional da Criança, foram assumidos 11 compromissos, que passam a ser "O Compromisso do CNC" para que a criança seja efectivamente a "prioridade absoluta de Angola". Para si, precisa-se de mudar o quadro das crianças que enfrentam inúmeras situações como as que fazem da rua seu lar, sofrem violências de toda ordem, Infectadas pelo VIH/SIDA, que sobrevivem con sequelas de desnutrição, sem acesso a educação infantil, entre outras. Considera que a tarefa que se tem para frente é grande

e requer não só esforço e sacrifício, mas também imaginação e inovação.

"Este compromisso a favor da criança constitui uma responsabilidade comum que deve ser partilhada por todos, Estado e Sociedade", enfatizou o governante. O CNC, que tem como vice-presidente, o vice-ministro da Saúde, José Van-Dúnem, é um órgão criado por Decreto Presidencial de 20 de Abril do ano em curso, visando controlar a execução das políticas públicas de promoção e defesa dos direitos da criança. Integram-no os Ministérios da Assistência e Reinserção Social, Comunicação Social, Planeamento, Educação, Saúde, Justiça, Interior, Família e Promoção da Mulher, Finanças e Cultura. Fazem ainda parte deste órgão, os ministérios da Juventude e Desportos, Energia e Águas, Urbanismo e Ambiente, da Administração do Território, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Administração Pública, Emprego e Segurança Social, assim como o Instituto Nacional da Criança. Além da eleição do vice-presidente, serão apresentadas e aprovadas as propostas do plano de acção do CNC e de estratégia de sua implementação.

6 TERRA HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Obras de envergadura ameaçam moradores na capital

Jornal de Angola...04-08-07

Quem anda por Luanda logo dará conta do recrudescer de obras um pouco por todos os cantos da cidade. São obras que por um lado reflectem prosperidade mas por outro, representam riscos ante as profundas escavações que se registam em algumas artérias.

Por exemplo, o prédio a ser erguido na rua José da Silva Lameiro, Ingombota, por uma empresa, portuguesa de nome OPCA Construções, há cerca de três meses, está a pôr em risco a vida dos moradores da zona adstrita às obras.

Segundo relatos de moradores à nossa reportagem que se deslocou ao sítio, as referidas obras estão a originar desabamentos de paredes e fissuras tanto no piso como nas paredes de suas casas, receando que o pior aconteça, já que quanto mais profundas são as escavações, mais ociosos se tornam os solos das redondezas.

Por causa das rachaduras e desabamentos de algumas paredes, há famílias que se viram na obrigação de mandarem os seus filhos mais pequenos para os parentes que vivem afastados da zona de risco a título de prevenção. e evitar que não haja riscos maiores. O mais grave no meio de tudo isto, segundo testemunhas, é que a empreiteira tem noção da aflição que os moradores da zona vivem, porque ao se aperceber do caos que esta a provocar, optou por aplicar fechos metálicos para segurarem o deslizamento das paredes que em nada tem logrado com os efeitos desejados, "os remendos que estão a fazer passado alguns dias voltam estar no mesmo estado de degradação ou ainda pior" comentou uma das moradoras adjacente a referida obra.

É que, de acordo com as fontes, para além das escavações profundas que a construção de qualquer prédio envolve, o roncar dos motores das máquinas pesadas também contribui para toda a perturbação da comodidade dos moradores.

Ressalta no meio de tudo isso o facto de se tratar da edificação de um prédio de muitos andares, o que na lógica arquitectónica permite admitir que passou por um estudo prévio do impacto ambiental da obra, sem contudo os moradores terem merecido, em qualquer momento, de um aviso ou informação previa do que haveria de acontecer naquela área. Para estes moradores, o silêncio a que os responsáveis da obra

estão remetidos, começa a causar estado de incertezas, uma vez não possuem qualquer garantia da reparação dos constrangimentos causados.

Por esta razão já foi remetido um processo em tribunal e consequentemente outro à Fiscalização do Governo Provincial. Testemunhas referem que já um ancião escapou das escadas da sua casa por se fragilizarem em face do quadro acima referido.

Antes que para além dele o mais grave não aconteça, as autoridades competentes, as organizações de defesa do ambiente e a sociedade civil em onde estão várias ONG de defesa dos Direitos Humanos, devem intervir em defesa dos cidadãos em risco de vida. O que os moradores atingidos pela fúria arrasadora das escavadoras prometem, é exigir indemnização pelo empreiteiro.

6.2 Uma Brasília em Luanda

Agora...04-08-07

O brasileiro Oscar Niemeyer, um dos arquitectos mais prestigiados do mundo, confirmou ter aceite um convite do Governo angolano para elaborar o projecto de uma nova capital do país.

O homem que projectou, em 1957, os principais edificios governamentais de Brasília, para onde se transferiu a capital brasileira, revelou que lhe foi dito a partir do Rio de Janeiro pelos interlocutores angolanos que "pretendem criar do nada" uma cidade de 2 milhões de habitantes, quatro vezes maior do que Brasília, onde o arquitecto construiu alguns dos seus edificios mais conhecidos e emblemáticos.

Animado com mais este desafio arquitectónico, a caminho de completar 100 anos, Niemeyer aguarda pelos mapas da região da futura capital para meter mãos à obra e para criar "uma Brasília na África", como tituló a revista Veja.

Em Maio passado o Governo anunciara os estudos preliminares da futura cidade de Luanda, um jogo escondido até aqui, uma vez que a região onde se poderá levantar os primeiros cabocos permanece no segredo dos deuses.

Na altura circularam versões de que estes estudos teriam sido feitos pela Dar AI Handash, wna empresa de consultoria que fiscaliza o grosso das obras públicas e é propriedade do egípcio Ramzim Klink, wn autêntico ilustre desconhecido da sociedade angolana.

Como o AGORA revelou na sua edição de 20 de Novembro de 2004, Ramzim terá sido colega do presidente Eduardo dos Santos nos tempos em que ambos estudaram engenharia de petróleo numa universidade de Baku, Azerbeijão, na antiga União Soviética.

Do inusitado e seco anúncio público do Conselho de Ministros nada mais se soube, ficando uma vez mais

destapada a forma autocrata como poder político gere os investimentos públicos, como sucedera com o arranque das obras do misterioso aeroporto de Bom Jesus. Neste caso, e independentemente do financiamento ser garantido pela bilionária linha de crédito da China, não se fez um único debate público com técnicos experientes da aviação civil ou até mesmo uma simples nota à Ordem dos Arquitectos e Engenheiros foi simplesmente ignorada. Do mesmo modo, aliás foram mandado às urtigas os deputados da Assembleia Nacional.

Ora, uma governação que tem à cabeça o Presidente da República como chefe do Governo, e ignora e menospreza, desta forma, a massa cinzenta do país, não parece interessada em incorporar, em prol do desenvolvimento do país, o mínimo dos seus conhecimentos técnicos nem científicos.

Absurdo. A panaceia, a fobia pelo secretismo e a confidencialidade atingiram há muito as raias do Absurdo. E não constituiria propriamente uma novidade se, neste caso da nova cidade de Luanda, até mesmo os membros do Governo não saibam que o seu projecto foi entregue ao velho arquitecto Niemeyer. Isto para já não falar nos cidadãos e a chamada opinião pública, manipulados, instrumentalizados até ao tutano, mandados bugiar para outras paragens, o que cada vez mais os divorcia da coisa pública, como de chineses se tratassem no seu próprio país.

Pode até admitir-se que em relação à nova Luanda terão sido, num primeiro momento, técnicos do sector do urbanismo chamados para fazer avaliações iniciais, mas ninguém os conhece e muito menos se sabe a que conclusões teriam chegado.

Constituindo a localização da futura Luanda um "segredo de Estado", ainda assim vale a pena recordar que por do final da década de 70 do século XX, possuía a urbe à volta de 300 mil almas e se falava em projectá-la para os lados do bairro do Golfe. Hoje, a rebentar pelas costulas, calcula-se que na capital do país, abrupta e violentamente ruralizada nestes últimos 10 anos e transformada num antro de criminalidade, vivam acima de cinco milhões de pessoas.

Não existindo ainda um local conhecido para se erguer a nova capital é demasiado premaruro, irrealista até, falar-se em estudos de impacto ambiental ou sócio-económico, dado que isso seria pôr a carroça à frente dos bois. Do mesmo modo que não existindo, ainda, uma decisão definitiva sobre o local não espanta que os nossos arquitectos mais conceituados não se possam pronunciar relativamente ao assunto nem que se avancem conhecer estimativas de custos.

"A nível do poder ninguém estará, por agora, interessado em construir uma nova capital para o país. A prioridade, até 2008 e 2009, são as obras chinesas para inaugurar durante a campanha eleitoral", defendeu

um conhecido arquitecto.

Abra-se aqui um ligeiro desvio do assunto para recordar que, recentemente, o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, viu-se obrigado a lançar farpas indirectas contra o general "Kopelipa", na sua qualidade de director do Gabinete de Reconstrução Nacional, defendendo uma melhor qualidade das obras e que não se deviam queimar etapas no processo de reconstrução nacional.

Regressando à questão da nova capital, não se conhecem ainda opiniões de arquitectos nacionais, mesmo em círculos informais. No entanto, Troufa Real, um conhecido arquitecto luandense que brilhou na então câmara Municipal de Luanda uns anos antes da independência, defende a mudança da capital político-administrativa para fora da actual Luanda.

Pode inferir-se, deste modo, que o figurino se poderia aproximar da cinzenta Brasília, quando esta substituiu o Rio de Janeiro como capital brasileira, para onde foram transferidas todas as principais instituições governativas e centros de decisão do país. Será também de lembrar que ali foi construído o palácio da Alvorada, a actual residência oficial do Presidente Lula da Silva, o que certamente não faria sentido repetir com o palácio da Cidade Alta.

No plano histórico vale também recordar que, nos anos 20 de século passado, o general Norton de Matos, governador do então distrito do Huambo, planeava transferir a capital angolana para a cidade de Nova Lisboa, numa réplica à capital do império colonial.

Mas se no estertor da colonização, antes do golpe militar de 25 de Abril de 1974, se equacionava uma nova Luanda para acolher novos 600 mil habitantes, o dobro do que possuía, volvidos mais de 35 anos, projectá-la para 2 milhões de pessoas, como revelou Niemeyer, talvez venha a pecar por defeito. O crescimento demográfico do país é de 3,5 por cento ao ano e quando começar a ser edificada a nova capital do país, os actuais 5 milhões de habitantes estarão ultrapassados. Além do mais nada garante que os chamados deslocados, oriundos maioritariamente do Kwanza-Norte, Uíge, Malange, Benguela e Huambo, regressem algum dia em massa às regiões de origem, enquanto prevalecerem as abismais assimetrias

6.3 Casas no «nova vida» geram discórdias na UNAC

Semanario Angolense...04-08-07

Membros afectos à União Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC) estão indignados com os critérios utilizados pelo presidente da referida instituição, Alberto Teta Lando, no que concerne à distribuição de moradias, no âmbito do Projecto

Habitacional Nova Vida.

Fontes ligadas à casa dos músicos denunciaram, esta semana, ao Semanário Angolense que a direcção da UNAC «tem estado mais preocupada em satisfazer os interesses dos seus dirigentes em detrimento dos demais fiados».

Apontaram o caso dos três membros da direcção da referida instituição que foram indicados para beneficiar de igual número de casas na 2.ª fase do projecto Nova Vida.

Os três felizes contemplados indicados para beneficiar das referidas moradias são o secretário-geral e os secretários executivos da UNAC Belmiro António Carlos, José Carlos Lamartine dos Santos Costa e Luís Matoso

António Massy, respectivamente.

A ideia de que Alberto Teta Lando esteja mais inclinado a resolver os problemas dos responsáveis da instituição em detrimento dos demais filiados terá sido vincada numa carta que o presidente da UNAC endereçou, a 3 de Julho deste ano, ao ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro.

« (...) acreditamos que continuaremos a fazer dos programas de distribuição das habitações do pelouro que V. Excia com particular mestria e sabedoria, para que um maior número de dirigentes dessa instituição possa ser agraciado», refere a missiva assinada por Teta Lando.

Os contestatários, embora reconheçam que o número de casas é bastante exíguo para satisfazer as ingentes dificuldades dos membros da «União», defendem, porém, que o recurso à rifa seria o mais ideal, de forma a evitar um eventual proteccionismo ou favorecimento no seio da UNAC.

«As casas são poucas, mas nada justifica que sejam apenas os responsáveis a beneficiar das mesmas», acentuaram alguns dos filiados, que pediram para não serem identificados.

«O recurso ao sistema de rifa, à semelhança do que aconteceu no ministério da Cultura, seria provavelmente o mais ideal», acentuaram.

As fontes denunciaram que um dos contemplados, o músico Carlos Lamartine terá beneficiado, em tempos, com a compra de uma casa ao Estado. Daí que o mesmo estaria impedido de comprar uma nova residência ao Estado.

Os elementos descontentes que acusam Alberto Teta Lando de estar a levar a uma gestão «autocrática e arrogante», afirmam que o presidente da UNAC tomou unilateralmente a decisão de distribuir as moradias, sem consultar os distintos órgãos sociais da instituição.

Ainda sobre o responsável máximo da UNAC eles acusam Teta Lando de pretender tirar dividendos do cargo, com o objectivo de «fazer prosperar os seus negócios».

6.4 A corrida frenética a casas milionárias

Jornal de Angola...10-08-07

APESAR de os preços de residências em Luanda estarem altos, ultrapassando os 2 milhões de dólares, a procura continua a suplantar a oferta até desses projectos milionários. Ou seja, a casa é ocupada e paga antes de começar a ser erguida.

A disparidade de preços é enorme até para pequenas diferenças na estrutura dos imóveis construídos hoje em diferentes locais de Luanda. Uma residência construída de primeiro andar rés-dochão chega a custar um milhão e 200 dólares, uma casa rés-do-chão pode custar ao cliente entre 150 a 200 dólares.

Entretanto, muitos clientes procuram obter aposentos em condomínios construídos na zona de Luanda Sul, os sonhos não passam disso. A exiguidade de recursos esbarra o sonho de ter casa própria. É o caso de Jorge Fragoso, funcionário de uma empresa petrolífera, que fez poupanças e recorreu a um crédito bancário para resolver definitivamente o problema da falta de habitação.

Recorreu à administração de um condomínio habitacional no Talalatoná, na zona Sul de Luanda. Todas as casas do tipo que pretende já foram vendidas. Parte para um outro condómino e a história se repete.

Garrido é outro cliente que, na ânsia de concretizar o projecto, recorre a um condomínio em construção por uma empreiteira portuguesa.

Debalde!

As casas em construção já foram todas ocupadas por clientes que já pagaram cem por cento do valor estipulado.

No local, estão a ser erguidas 50 casas. Todas estão pagas, segundo o encarregado de obras, identificado apenas por Roberto, de uma construtora portuguesa. O projecto do condomínio foi financiando pelo Banco Bie. Lê-se na entrada da obra.

O consolo para o cliente é esperar por um novo projecto que será de construção de alguns apartamentos num outro terreno. Já Marta, funcionária pública, fez algumas economias durante anos, mas se revelam insuficientes para adquirir uma casa no condomínio "Mirantes do Talatona", que custa 100 mil dólares. Nesse condomínio há casas que custam mais de um milhão de dólares e todas já estão compradas.

O condomínio arrenda casas. Mas Marta rejeita a oferta. A seguir, uma moradora atravessa à portaria do condomínio sorridente. Foilhe oferecida uma casa. "Uma casa aqui custa muito dinheiro", atira e sobe o vidro da viatura que seguia.

A uns passos está um número de homens a erguerem novas residências. No terreno vedado, serão erguidas'

60 residências preços avaliados em 500 mil dólares. Ali, apesar de os preços praticados serem relativamente baixo, se comparado ao do primeiro, o dilema quase se repete. As futuras casas, que estão a ser erguidas, já têm proprietários.

Albino Baía há muito deixou de tentar adquirir uma casa recorrendo a créditos bancários e, consequentemente, aderir a uma cooperativa habitacional.

As voltas que são dadas para se ter acesso ao crédito bancário desencorajam o cliente:

"Prefiro comprar um terreno e aos poucos faço o que pretendo", explica o jovem de 30 anos de idade. "Muitas cooperativas recebem o dinheiro do cliente, mas este fica anos à espera. Por isso, não adiro ao negócio."

Um cliente, que não se identificou, conta ter entregue a um grupo virado ao negócio de imobiliária com o fito de adquirir uma residência. Já passaram 3 anos e continua a ver nada. Sem ter revelado o valor exacto, conta apenas que a operação foi feita a prestações. "Já paguei o valor exigido e nada!".

Um outro cliente lamenta a pouca qualidade da casa comprada. A casa custou 80 mil dólares há dois anos. Actualmente, já apresenta fissuras. Com o dinheiro no bolso, a cooperativa descarta os danos que, amiúde, acontecem nas residências, imputando a responsabilidade aos moradores.

Porém, a qualidade de muitas obras, em curso na zona de Luanda Sul, apresentam uma estrutura arquitectónica que, certamente, vêm emprestar uma nova imagem à capital do país.

6.5 Pescadores do Mussulo reclamam espaço para construir casas

Capital...11-08-07

Nos dias que correm, os pescadores Pedro António, de 66 anos, e o quinquagenário Luís Mateus têm motivos suficientes para afirmar que, em Angola, «os governantes não respeitam os direitos dos cidadãos. Partem as casas e não pagam, destroem os bens, enfim, ocupam sempre os terrenos em nome do Governo». Estas palavras proferidas pelos pescadores lesados demonstram o estado de revolta em que se encontra um grupo considerável de cidadãos depois da Administração comunal do Mussulo praticar aquilo que rotularam de «abuso de autoridade».

De acordo com os pescadores, tais acusações resultam do facto de, na penúltima semana do mês transacto, uma equipa de técnicos integrada pela administradora comunal do Mussulo, Eulália Bastos, ter aparecido na zona costeira da «área da língua» com o objectivo de fazer o levantamento topográfico do terreno onde irão

construir uma casa protocolar do Governo Provincial de Luanda.

Os pescadores disseram-nos que tentaram impedir a destruição das suas casas, mas a brutalidade era tal ao ponto de serem ameaçados de cadeia e morte caso continuassem a reivindicar.

Entretanto, contactada a propósito por este semanário, a administradora comunal do Mussulo, Eulália Bastos, desdramatizou, alegando que «as afirmações dos pescadores não correspondem à verdade».

«Nunca houve casas na área da língua, mas sim algumas casotas de palha onde os pescadores guardavam os pertences», frisou. No entanto, é visível o descontentamento no seio da sociedade. «A administração mandou ocupar terrenos alheios onde quer que seja, mas nós sabemos que tudo aqui está ocupado», queixaram-se.

E aqui que surge o jogo «do hora acusas tu, hora nego eu», pois enquanto Eulália Bastos afirma que «os representantes para a área técnica da administração comunal indicaram terrenos onde os pescadores afectados possam construir as suas moradias sem problemas», por outro lado, os velhos, afirmam que receberam ordens «para invadir terrenos da Fundação Eduardo dos Santos (FESA) e do Sr. Nito Cunha».

Diante deste quadro de contradições, mantêm-se apenas as reclamações dos pescadores, considerando a atitude da administração local e do GPL de um «verdadeiro abuso à dignidade dos pescadores que nasceram no Mussulo», sobretudo para quem deu uma vida inteira a conservar os terrenos de onde agora são «expulsos como se fossem estrangeiros ilegais».

6.6 Recuperação de estradas alegria habitantes da cidade de Cacuaco

Jornal de Angola...25-08-07

Populares residentes na localidade de Funda Kilunda, no município de Cacuaco, província de Luanda, reagiram positivamente à reabilitação de 58 quilómetros da estrada que liga Kifangondo/Funda/Catete.

Interpelados pela Angop no decurso de uma visita de constatação à evolução das obras, os moradores disseram-se satisfeitos por beneficiarem da repositição da estrada, pois proporciona melhorias na circulação de viaturas e consequentemente de pessoas, assim como no escoamento de produtos do campo.

De acordo com Jacob Sanhanga, padeiro de profissão da localidade, a reabilitação da estrada será benéfica para todos os moradores e não só, pois contrariamente ao período anterior, a via deixará de ter os buracos incómodos e vai proporcionar maior conforto aos automobilistas e todos os seus utilizadores.

Por outro lado, vai reduzir índice de engarrafamentos verificados à saída de Cacuaco para o centro da cidade, assim como maior permitirem fluidez na circulação desta localidade para o município de Catete, província do Bengo, um percurso antes feito em cerca de três horas de viagem e hoje em menos de uma.

Produtos como tomate; repolho, couves e outros derivados da actividade agrícola terão maiores facilidades de escoamento, permitindo à localidade melhorias no seu de envolvimento económico.

Por seu turno, o automobilista Fernando Gomes, frequentemente em trânsito na estrada em reabilitação, considerou pertinente a reconstrução da via. Segundo ele, trará benefícios no domínio da redução do tempo de circulação da Funda para Luanda, um percurso antes feito em cerca de sete a oito horas.

Actualmente, os populares residentes na Funda, sublinhou António Gomes, conseguem percorrer a distância entre a sua localidade e Luanda em aproximadamente uma hora e meia, quando há engarrafamentos, ou em cerca de 45 minutos, dependendo da condução de cada automobilista, numa estrada livre de peripécias.

A comercialização de mercadorias consistia numa actividade penosa, pois os agricultores tinham de se deslocar nas carroças de camiões sujeitos à poeira e todo tipo de atrocidades pelas más condições de transportação quando se deslocavam aos locais de venda para a permuta dos seus bens.

A reabilitação vai permitir o escoamento dos produtos agrícolas no mesmo dia em que sejam colhidos no campo para os mercados da localidade, Cacuaco, Catete (Bengo) e mesmo Luanda, quando anteriormente ficavam na zona por mais de três a quatro dias após a colheita.

6.7 Delimitação de terras comunitárias contribui para redução de conflitos

Jornal de Angola...27-08-07

Os participantes no curso sobre delimitação de terras comunitárias, realizado na cidade do Huambo, durante 23 dias, consideram que esta actividade vai ajudar a redução de conflitos e melhorar a gestão das terras pelas comunidades.

Para o técnico da ONG "ADRA-Angola" na província de Benguela, Hosório Felizardo, a formação teórico-prática permitiu exercitar técnicas de diagnóstico rural participativo e aprofundar conhecimentos sobre a nova Lei de Terras, um exercício que, associado aos esforços da população, ajudará a resolver conflitos através do diálogo.

Aquele activista da sociedade civil referiu que durante o curso, promovido pela Organização das Nações Unidas

para a Agricultura e Alimentação (FAO), os participantes re-alizaram práticas de campo em algumas comunas e aldeias do município da Caála, onde delimitaram parcelas de terra e entregaram croquis de localização para os proprietários. Hosório Felizardo referiu que no decorrer das actividades práticas foi difícil em algumas aldeias resolver conflitos entre fazendeiros e camponeses residentes.

Por seu turno, o vice-decano da Faculdade de Ciências Agrárias para o ramo científico, David Kiala, considerou que a formação de técnicos sobre delimitação de terras comunitárias vai ajudar os estudantes desta instituição de ensino superior na escolha de temas para trabalho de fim de curso. Por outro lado, o vice-governador para a área económica e produtiva, David Barbosa, referiu que o curso intensivo permitiu a especialização de recursos humanos do governo local, a simplificação do processo de delimitação e o conhecimento da dinâmica de uma comunidade através do diagnóstico rápido participativo.

"Depois deste curso, acredito estarem aptos para manusearem fotos aéreas, imagens satélites e mapas topográficos que facilitem a identificação dos limites que comprovam a diversidade dos recursos naturais", referiu o vice-governador. Os 30 beneficiários desta acção formativa foram os representantes do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCS), do Urbanismo e Ambiente, do Ordenamento do Território, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural (Minader) e de organizações não governamentais.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 ONG ajuda tres mil familias no Cazenga a construir latrinas

Jornal de Angola...02-08-07

TRES mil famílias residentes na zona 18, município do Cazenga, Luanda, vão beneficiar de materiais para a construção de 600 latrinas.

O projecto foi lançado na Escola Polivalente Formigas do Futuro, afeta à ONG Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo, e contou com a presença de mais de 600 munícipes.

O projecto é financiado pela União Europeia. Tem a duração de um ano e seis meses e está avaliado em 400 mil dólares norte-americanos.

Segundo Francisco Pereira Paulo, um responsável da referida ONG, o projecto visa melhorar as condições higiénicas e sanitárias das respectivas famílias. A ADPP - Escola identifica as famílias, fornece o apoio material, como cimento, varões, blocos e transporte. Aos beneficiários cabe apenas a tarefa de executar o trabalho final", disse.

A ONG pretende realizar uma outra actividade social. Trata-se do "Dia de Saúde". No âmbito desta actividade, serão fornecidos três mil filtros para tratamento de água para combate à cólera. O projecto é dirigido a igual número de famílias.

Consta igualmente do programa da Escola ADPP, a realização de campanhas de sensibilização sobre higiene comunitária e pessoal. O treinamento de pessoal, realização de estudos e encontros de planificação, balanço e coordenação das actividades, bem como a sensibilização das famílias sobre a importância do sistema caseiro de tratamento de lixo e água, faz igualmente parte do programa daquela ONG

7.2 Camiões cisternas vão reforçar abastecimento de água no Lubango

Jornal de Angola...09-08-07

O abastecimento de água potável aos habitantes dos bairros periféricos da cidade do Lubango poderá melhorar brevemente, com a entrada em funcionamento de 24 camiões cisternas, oferecidos pela Presidência da República.

Os referidos meios, que já se encontram na capital da província da Huíla, possuem capacidade para transportar 22 mil litros de água, cada.

Para o vice-governador para Esfera Económica e Produtiva, Adriano da Silva, os referidos meios, para

além de minimizarem os problemas no abastecimento, vão contribuir para a prevenção de determinadas doenças causadas pelo consumo de água imprópria.

De referir que, segundo o director provincial de Energia e Aguas, Abel João da Costa, atendendo o crescimento demográfico que Lubango vem registando nos últimos tempo, a actual rede, construída nos anos 60 para 30 mil habitantes, não consegue suportar a demanda.

7.3 GPL quer melhorar rede sanitária no Cazenga

Jornal de Angola...09-08-07

A vice-governadora para a esfera social da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, disse, na capital, que o Governo Provincial de Luanda (GPL) está a enviar esforços para dar umã melhor resposta as necessidades de saúde no município do Cazenga e "desafogar" o Hospital Geral.

De acordo com a vice-governadora, que falava durante a cerimónia de encerramento da semana mundial de aleitamento materno, que decorreu no Hospital Geral dos Cajueiros, o município tem ainda uma rede sanitária insuficiente face a sua densidade populacional. Os problemas no sector da saúde local obrigam a população a acorrer para a única unidade de referência que, apesar da diversidade de serviços, também enfrenta dificuldades na assistência aos munícipes.

" Estamos a trabalhar no sentido de reduzir algumas dificuldades que o hospital dos Cajueiros enfrenta devido a grande procura, bem como melhorar o atendimento", frisou.

A unidade dispõe de serviços de cirurgia, pediatria, ginecologia e obstetrícia, ortopedia, medicina, oftalmologia, cardiologia, serviços complementares (raio x, hemoterapia, ecografia, electrocardiograma, laboratório e farmácia).

Para Francisca do Espírito Santo; a solução passa igualmente pela criação de outras estruturas, melhoria das condições nas já existentes e envolvimento de outros sectores. Por outro lado, mostrou-se satisfeita com a distinção daquela unidade em prol do aleitamento materno e do cumprimento das orientações do Governo para redução da mortalidade infantil no país.

Segundo Etelvina Ferreira, em representação da OMS, o aleitamento à primeira hora e exclusivo até o sexto mês 'de vida deve constituir um desafio para todas as mães, visando baixar a mortalidade de crianças menores de cinco anos.

O colostro, leite materno de cor amarelada, é rico em carboidratos, anti corpos, globos brancos e protege a criança de doenças como a asma, alergias alimentares, atite, diabetes, diarreias, infecções respiratórias e outras.

Devido aos benefícios para a saúde da criança e da mãe (redução do cancro da mama, proteção contra a osteoporose) recomenda-se o prolongamento da amamentação até aos dois anos de idade, combinado com uma alimentação adequada.

Estudos revelam que no mundo muitas mães ainda desconhecem o valor nutricional do leite materno devido à falta de informação.

Em Angola este desconhecimento provoca uma taxa de morte de 45 por cento por desnutrição crónica em crianças menores de cinco anos.

Desde a implementação do programa de promoção do aleitamento materno com o suporte financeiro, técnico e material do Unicef, sete maternidades receberam a placa "Hospital amigo da criança" nas províncias de Luanda (Cajueiros e Kilamba Kiaxi), Cabinda, Benguela, Huíla, Namibe e Kwanza-Sul.

7.4 População da Samba recebe água em cisternas

Jornal de Angola...11-08-07

Oito camiões cisternas para abastecimento de água potável à população foram entregues ontem a quatro comunas das cinco que compõem o município da Samba, em Luanda.

Segundo a administradora municipal em exercício, Eulália da Rocha, a acção vai minimizar a carência que a população vive em termos de abastecimento de água potável, assim como baixar os elevados casos de cólera regista dos no seu município.

Quanto à distribuição de água, a administradora referiu que a prioridade será para as instituições escolares, hospitalares e posteriormente para a população

"Caberá às administrações comunais velarem pela manutenção dos veículos, pagamento dos motoristas entre outros gastos" disse.

Foram beneficiadas as comunas do Futundo, Benfica duas cisternas cada uma, enquanto que a comuna do Mussulo devido à sua localização, não foi contemplada.

7.5 30 por cento da população tem acesso à electricidade

Jornal de Angola...29-08-07

Somente vinte e cinco a trinta por cento da população angolana tem acesso à electricidade, apesar de o país dispor de abundantes recursos petrolíferos e hídricos, o que demonstra o longo caminho rumo à electrificação rural e ao abastecimento deste bem, sobretudo em áreas recônditas.

A informação consta na dissertação sobre o tema "Política energética", proferida ontem pelo vice-

ministro da Energia e Águas, Rui Tito, durante as 11^a Jornadas Técnico-Científicas da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), que decorre desde segunda-feira no Palácio dos Congressos.

Numa caracterização do sector eléctrico do país, o governante verificou que o sistema eléctrico público provém fundamentalmente de centrais hidroeléctricas. Entretanto, fez saber que 95% da energia eléctrica produzida em fonte primária no país provém da produção do petróleo e de gás.

Segundo o engenheiro Rui Tito, em algumas localidades do país ainda existem dificuldades para assegurar o fornecimento de energia eléctrica. "Temos os combustíveis lenhosos, sendo que mais de 80% dos angolanos que residem no meio rural e nas áreas suburbanas ainda dependem desta fonte de energia para a satisfação das suas necessidades", disse.

Daquilo que é hoje o potencial global de 18 mil Megawatt (MW) é possível aproveitar um máximo de cerca de mil Megawatt (MW). Para o efeito, esclareceu Rui Tiro, concorrem factores como o elevado grau de destruição das infraestruturas, que deverão levar algum tempo e serem reabilitadas e expandidas. Neste contexto, adiantou que foi já elaborado um programa de desenvolvimento que abrange o período 2007/2013. Sob o lema "Energia, Fonte de Renda e do Desenvolvimento Económico" as 11^a Jornadas Técnico-Científicas da FESA tem o término previsto para amanhã.

7.6 Cem mil habitantes beneficiam de água potável na Ingombota

Jornal de Angola...21-08-07

Pelo menos cem mil habitantes das comunas Patrice Lumumba e Kinanga, município da Ingombota, em Luanda, beneficiam, desde Abril último, de distribuição de água potável por cisternas, no âmbito do programa de melhoria do saneamento básico e combate à cólera, desenvolvido pelo governo da capital do país.

Dois camiões cisternas de 20 mil litros cada estão a distribuir água nestas localidades, por falta de um sistema de distribuição, segundo informou à Angop o chefe da secção dos Serviços Comunitários na Ingombota, Miranda Gomes.

De acordo com o responsável, a distribuição de água a estas comunidades permitiu reduzir significativamente os casos de Cólera e melhorar o saneamento básico.

O plano do Governo, que conta com o apoio das Empresas Públicas de Águas de Luanda (EPAL) e Distribuição de Energia de Luanda (EDEL), inclui também acções de melhoramento do sistema de abastecimento da rede domiciliária de água potável e de

iluminação pública.

O aumento do número de fontanários em áreas suburbanas, a reabilitação da rede de esgotos, a continuidade da instalação de latrinas públicas em diversas artérias da circunscrição, limpeza de sarjetas, esgotos e valas de drenagem, constam igualmente do projecto do Governo.

Neste momento, estão em curso, entre outras -acções, obras de recuperação das ruas degradadas.

O município da Ingombota é composto pelas comunas de Kinanga, Ilha de Luanda, Patrice Lumumba e Ingombota (sede). Ocupa uma superfície de nove mil e 60 metros quadrados e tem uma população estimada em 4 17 mil e 240 habitantes.

7.7 Reabilitação do sistema de captação garante água a cinco mil famílias

Jornal de Angola...21-08-07

MAIS de cinco mil famílias residentes nas comunas da Palanca (Humpata), Jau (Chibia) e Arimba (Lubango) vão beneficiar de um abastecimento condigno de água potável.

O projecto prevê igualmente o fornecimento de energia eléctrica. Nas localidades em referência, o Governo da Província da Huíla desenvolve acções tendentes à construção e reabilitação dos sistemas de captação e distribuição do precioso líquido, bem como o fornecimento de energia eléctrica.

As acções estão enquadradas no "Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Básicos às Populações para 2007/08", e contempla também a reparação e instalação de novos sistemas de iluminação pública.

Nestas empreitadas, o Governo da Província da Huíla está a investir mais de 60 milhões de Kwanzas. A construtora nacional Emanel está encarregue da execução das obras que, segundo constatou o Jornal de Angola, estão em fase adiantada.

Com vista a inteirar-se do andamento das obras nas quatro comunas, o governador da província da Huíla, Ramos da Cruz, percorreu as principais zonas onde decorrem os trabalhos de escavação, montagem das condutas de transportação e linhas de energia eléctrica.

O director provincial de Energia e Águas na Huíla, Abel Costa, sublinhou que, após a conclusão do projecto, o abastecimento de água potável e o fornecimento de energia eléctrica vai melhorar substancialmente no seio da população das zonas suburbanas.

Segundo o director, o empenho do Governo visa essencialmente encurtar as distâncias para acarretar água, garantir o seu fornecimento em condições seguras e substituir a energia fornecida através de geradores

por um sistema regrado e capacitado para aguentar todos os electrodomésticos.

Entretanto, o abastecimento do precioso líquido nos bairros dos municípios mais populosos da província da Huíla, nomeadamente Lubango, Matala, Cuvango e Quilengues, vai estar ainda mais facilitado com a distribuição dos 24 camiões cisternas ofertados recentemente pela Presidência da República.

Ao abordar o apoio que as cisternas vão dar às famílias das áreas suburbanas, Abel Costa argumenta que "existem bairros em que os fontanários instalados são incapazes de atender com certa rapidez os consumidores. Logo, os novos camiões cobrir este vazio ressaltou.

7.8 Vinte e duas crianças morrem de malária

Jornal de Angola...24-08-07

Vinte e duas crianças de ambos os sexos, no município de Ombandja, província do Cunene, morreram de malária, dos 612 casos registados durante o primeiro semestre do ano em curso pelo sector da Saúde na circunscrição.

O chefe de Secção da Saúde Pública, em Ombandja, Nicásio Ndelekufa, referiu que as mortes, na sua maioria, devem-se à chegada tardia dos doentes já em estado clínico grave, nas unidades sanitárias das circunscrições. No entanto, a fonte exortou à necessidade de se prestar mais atenção à criança, dos zero aos 5 anos, as mais vulneráveis a esta patologia.

O responsável sublinhou ainda que a sua secção notificou 196 casos de diarreia aguda, 59 por tuberculose e 51 casos de doenças respiratórias, as mais frequentes na localidade.

Ombandja, que dista a 93 quilómetros a Noroeste de Ondjiva, capital da província do Cunene, tem 24 postos de Saúde, um hospital municipal, nove médicos e 181 enfermeiros.

7.9 Recolhidas 22.966 toneladas de lixo

Jornal de Angola...28-08-07

O Governo Provincial de Luanda, GPL, numa acção conjunta com as empresas de recolha de resíduos e as administrações municipais, levou a cabo, de 19 a 25 do mês corrente, à recolha de 22.966 toneladas de lixo.

O GPL, que realiza desde o dia 18 do passado mês de Junho um programa de emergência e complementar de recolha de resíduos sólidos acumulados em quase todos os municípios, conta com os préstimos de 18 empresas contratadas especialmente para o efeito, sendo elas detentoras de camiões basculantes, retro-

escavadar as e pás carregadoras.

Segundo uma nota de imprensa do GPL, só no município do Cacuo recolheram-se 1.774 toneladas, no Rangel 171, no Kilamba Kiaxi 4.592, no Cazenga 4.547, na Mainga 1.386 e na Samba 5.590. No Sambizanga foram recolhidas 2.178 toneladas.

A operação estendeu-se ao município da Ingombota, onde foram retiradas das ruas 541 toneladas de lixo.

Para balanço semanal e perspectivar acções futuras, todas as segundas feiras, às 11 horas, é realizada uma reunião de trabalho, coordenada pelo Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do GPL. Participam nestas reuniões os administradores comunais e as empresas contratadas .

7.10 Angola carece de energia eléctrica necessária para desenvolvimento sustentável

Angop...30-08-07

Ministro dos Petróleos, Desidério Costa, considerou hoje, em Luanda, que o país debate-se ainda com dificuldades para proporcionar energia eléctrica necessária ao seu desenvolvimento sustentável, apesar dos seus derivados de petróleo e recursos hídricos. O governante fez esta consideração quando presidia a sessão de encerramento das XI Jornadas Técnico-Científicas da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), decorridas durante quatro dias, no Palácio dos Congressos, sob o lema "Energia, Fonte de Renda e Desenvolvimento Económico".

Ressaltou que por este facto, o Governo tem dado uma grande atenção ao sector energético, fonte de desenvolvimento económico social. Sublinhou que com a paz tem sido possível ao Governo reconstruir as infra-estruturas socioeconómicas e promover o seu reequipamento. Durante o fórum, que contou com 1.600 participantes e convidados, foram debatidos três painéis, versando o primeiro sobre "Energia e Desenvolvimento", o outro sobre "Energias Não Renováveis" e o último acerca de "Energias Renováveis".

Cada um destes painéis abarcou vários temas e subtemas, dissertados por especialistas nacionais e estrangeiros como do Brasil, Portugal, Espanha e da Inglaterra.

Estiveram na sessão de encerramento, o presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, o vice-governador de Luanda, Bento Soito, o presidente da FESA, Ismael Diogo da Silva, entre outras individualidades.

A actividade inseriu-se no programa comemorativo do 11º aniversário da FESA e 65º do seu patrono, José Eduardo dos Santos.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Fonga promove seminário sobre direitos humanos

Jornal de Angola...06-08-07

O secretariado provincial do Fórum das Organizações Não-Governamentais Angolanas (FONGA), em Cabinda, promove a partir de hoje, no município do BucóZau, um seminário de formação de activistas em monitoria e protecção dos direitos humanos.

Segundo uma nota de imprensa distribuída pela respectiva ONG, a acção formativa que deverá terminar na próxima sexta-feira, tem como objectivo a capacitação dos representantes dos municípios, comunas e aldeias.

O seminário servirá para dar continuidade às informações de monitoria e protecção de direitos humanos à nível das localidades, contribuindo para o fortalecimento da capacidade dos actores locais na identificação de casos de violações.

Promovido em parceria com a Procuradoria Geral da República e com o Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, o encontro debaterá temas como "Conceito básico sobre direitos humanos", "Violação dos direitos humanos", "Direitos civis e políticos", "Direitos económicos", "Direito da criança", "Direitos da mulher", "Reflexão sobre o direito costumeiro", entre outros.

8.2 Investidos 51 milhões de dólares para reintegração dos ex-militares

Jornal de Angola...09-08-07

O Governo angolano vai investir de 2006 a 2007 um total de 51 milhões e 712 mil dólares, para beneficiar 70 mil desmobilizados das ex-forças militares da UNITA.

A informação foi revelada ontem pelo tenente-coronel Bento dos Passos, da Direcção Principal de Operações do Estado Maior General das FAA, durante uma palestra promovida pelo Ministério da Defesa Nacional, enquadrada no programa da visita de uma delegação do Colégio de Comando e Estado Maior do Zimbabwe.

Segundo Bento dos Passos, que falava sobre o tema "Processo de paz em Angola", os 51 milhões e 712 mil dólares foram repartidos em 50 por cento para cada ano.

Bento dos Passos revelou que o Governo está a implementar actualmente mais de 50 projectos, beneficiando directamente mais de 42 mil ex-militares e, de

forma indirecta, 400 mil familiares de desmobilizados. Afirmou que o Executivo, no âmbito do programa de reinserção social e produtiva em curso desde o ano passado, está a apoiar 17 mil ex-militares das ex-FALA portadores de deficiência física e oito mil ex-militares da referida formação política inseridos no Memorando do Luena.

Do programa constam ainda 50 mil ex-militares das extintas FAPLA e do extinto braço armado da FNLA, ELNA.

O prelector referiu ainda que, no decurso do processo de aquartelamento, assistiu-se à apresentação de armamento antes utilizado pelas forças militares da UNITA, desde armas ligeiras, morteiros e artilharia e outros meios militares, entre os quais se destacam 25 mil e 918 armas ligeiras, 861 morteiros de diferentes calibres e artilharia pesada e oito peças de artilharia antiaérea.

O oficial superior das FM assegurou que, ainda 'no âmbito do processo, foram também acolhidos e registados 288 mil e 756 familiares dos militares, sendo 12 mil e 556 homens, 79 mil e 374 mulheres e 196 mil 826 crianças.

Para conclusão das tarefas militares do Memorando de Entendimento, o tenente-coronel Bento dos Passos acrescentou que foram incorporados nas Forças Armadas Angolanas cinco mil e sete militares das ex-forças militares da UNITA, dos quais quatro generais, oito tenente-generais, 18 brigadeiros, 40 coronéis, 60 tenente-coronéis e 100 majores.

8.3 Mais 900 novas igrejas

Agora...11-08-07

No âmbito da temática sobre as igrejas, passamos um estrato de um entrevista com a directora do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos publicada na nossa edição número 525, de 05 de Maio

AGORA: Pelo menos até 2006, contava-se 85 igrejas reconhecidas pelo Estado. Este número já subiu?

FV - Não, continuamos ainda com 85, mas temos cerca de 900 solicitações de pedido de reconhecimento de novas Igrejas.

A: Então o país vai ter mais 900 igrejas. Quais são as origens dessas organizações religiosas?

FV - De um modo geral são igrejas cristãs vindas dos Estados Unidos da América, Brasil e do Congo Democrático.

A: Acha que o país precisa de tantas igrejas?

FV- O Governo encara as igrejas como parceiros naturais. Sabemos que Angola, ao longo destas três décadas, foi um país vitimado pela guerra, cujas infra-estruturas foram destruídas. A população sofre traumas de guerra, logo é uma população psicoló-

gicamente frustrada. Há muitos distúrbios mentais neste país. Então as igrejas são parceiras sociais e naturais do Estado, na medida que podem ajudar a reconstruir o país. Podem ainda ajudar a restituir o tecido social, moralizar a população. Nós vemos a grande tendência da violência doméstica, delinquência juvenil e sobre isso as igrejas podem desempenhar um papel extremamente extraordinário. Porque elas têm duas vertentes: espiritual, ou seja, evangelizar e a vertente social que é trabalhar ao lado das pessoas na educação, saúde para o desenvolvimento humano. O senhor jornalista sabe que o sector da saúde estava, durante muito tempo, ligado às madres. Portanto, não me arrepiá saber que temos um número elevado de igrejas, desde que se pautem pelos princípios legais.

A: Enquanto não estiverem legalizadas elas podem ou não realizar os seus cultos?

FV - Sim, porque não esqueçamos de que Angola é um Estado laico e que na sua Lei Constitucional reconhece a liberdade de culto e da religião. Significa que ela, a Lei, respeita todo e qualquer indivíduo que professa uma religião. Dá protecção às igrejas, aos lugares e objecto de culto, quando em conformidade com a Lei. Quer dizer que qualquer igreja pode manifestar os seus cultos desde que respeite a Lei. Em 1995 saiu a lei que estipula os lugares para a realização de cultos onde as igrejas devem actuar e foi proibida a reunião nos cinemas. Por outro lado, as igrejas podem solicitar terrenos aos governos provinciais para a criação dos seus paços.

A: Qual é a leitura que faz sobre as igrejas que são acusadas de perturbar a ordem pública, extorquir dinheiro dos crentes e de praticar acções de feitiçaria?

FV - Em relação a estas organizações religiosas, claro que não são casos para o Inar. O Instituto é um órgão tutelado pelo Ministério da Cultura na vertente de investigação. Se o Inar recebe uma reclamação, queixa ou informação por escrito sobre estas seitas, o dever é canalizar precisamente para os órgãos de Justiça e Polícia, para se manter a ordem. Por outro lado, eu penso que quem exerce um papel importante para que as igrejas se mantenham nos seus devidos lugares e respeitar a Lei são as associações religiosas, como o Cica, Coiepa, Cira e outras. São elas que corrigem estas igrejas que não têm formação eclesial. Um pastor sem esta formação faz uma interpretação da Bíblia à sua maneira. Nós aconselhamos as igrejas a ter mais um espírito ecuménico.

A: Quem reconhece as igrejas?

FV - O organismo que as reconhece é o Ministério da Justiça. O Inar pode ser consultado para fornecer dados que influenciam na legalização da igreja. Isto porque o Instituto ao fazer trabalhos de campo logicamente que está mais idóneo para saber se a igreja está organizada, que filosofia ou doutrina tem e outros aspectos. Portanto, nós não reconhecemos, damos apenas um

parecer se formos solicitados.

8.4 Ilegais não merecem protecção

Agora...11-07-08

Seitas, igrejas e outras organizações religiosas que não gozam de personalidade jurídica não merecem protecção do Estado, segundo o bastonário da Ordem dos Advogados de Angola.

Inglês Pinto, que também se debruçava sobre o tema que aqui reportamos, justificou a sua afirmação, avançando que "seria uma forma de incentivar os líderes legalizar as suas instituições religiosas".

"O Governo não pode gastar dinheiro, equipando a Polícia para dar protecção às instituições que não sejam reconhecidas. Assim estaríamos a proteger indivíduos que não querem cumprir o que está escrito na Constituição", explicou.

Embora tenha reconhecido que chegou tarde, congratulou-se com a comissão criada pelo GPL. Questionado sobre se o Estado deveria criar uma lei das actividades religiosas, o jurista respondeu que seria inconcebível porque restringiria a liberdade religiosa.

"Seria, no meu entender, uma restrição se tivéssemos uma lei que detalhadamente explicasse como e onde devem ser celebrados os cultos, ou qual deve ser o perfil do pastor. Do ponto de vista técnico e jurídico seria impraticável. Por isso, não concordo com a criação de tal lei", frisou.

O interlocutor mostrou-se apreensivo em relação ao comportamento das igrejas ilegais e daqueles que, mesmo legais, também não têm boas acções. Criticou ainda aquelas que usam meios de comunicação social para fazer passar as suas "malabariças".

Quanto à comissão criada pelo GPL, o bastonário disse ser bemvinda, embora tarde, tendo avançado que as consequências do fenómeno religioso estão a ficar insustentáveis.

"A comissão veio tarde, mas mais vale tarde do que nunca. Não pode haver complexo em aplicar a lei. As igrejas ilegais têm que ser combatidas", concluiu.

8.5 Cerca de 150 campos estão livres de minas

Jornal de Angola...12-08-07

Cento e cinquenta campos foram desminados na província do Bié, pela organização não governamental britânica Halo Trust, desde o início da sua actividade nesta região, em 1994.

A informação foi avançada pelo chefe das operações da ONG, António Pinto Braza.

O responsável da Halo Trust explicou que a desmi-

nagem em todos os municípios do interior da província resultou na limpeza de um milhão 958 mil e 560 metros quadrados de extensão.

António Pinto Braza disse ainda que, a Hallo Trust desactivou quatro mil 260 minas anti-pessoal, mil e 14 anti-tanque, removeu e destruiu 168 mil 614 outros engenhos explosivos não detonados e uma quantidade elevada de munições de diversos calibres.

No mesmo período foram sensibilizados 54 mil 673 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, sobre os riscos que representam os engenhos explosivos em todos os cantos da província do Bié. O responsável frisou que, na execução destas actividades a sua organização tem-se deparado com dificuldades do mau estado dos troços rodoviários, associadas à destruição.

8.6 Delimitação de terras comunitárias contribui para redução de conflitos

Jornal de Angola...27-08-07

Os participantes no curso sobre delimitação de terras comunitárias, realizado na cidade do Huambo, durante 23 dias, consideram que esta actividade vai ajudar a redução de conflitos e melhorar a gestão das terras pelas comunidades. Para o técnico da ONG "ADRA-Angola" na província de Benguela, Hosório Felizardo, a formação teórico-prática permitiu exercitar técnicas de diagnóstico rural participativo e aprofundar conhecimentos sobre a nova Lei de Terras, um exercício que, associado aos esforços da população, ajudará a resolver conflitos através do diálogo.

Aquele activista da sociedade civil referiu que durante o curso, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), os participantes realizaram práticas de campo em algumas comunas e aldeias do município da Caála, onde delimitaram parcelas de terra e entregaram croquis de localização para os proprietários. Hosório Felizardo referiu que no decorrer das actividades práticas foi difícil em algumas aldeias resolver conflitos entre fazendeiros e camponeses residentes.

Por seu turno, o vice-decano da Faculdade de Ciências Agrárias para o ramo científico, David Kiala, considerou que a formação de técnicos sobre delimitação de terras comunitárias vai ajudar os estudantes desta instituição de ensino superior na escolha de temas para trabalho de fim de curso. Por outro lado, o vice-governador para a área económica e produtiva, David Barbosa, referiu que o curso intensivo permitiu a especialização de recursos humanos do governo local, a simplificação do processo

de delimitação e o conhecimento da dinâmica de uma comunidade através do diagnóstico rápido participativo.

"Depois deste curso, acredito estarem aptos para manusearem fotos aéreas, imagens satélites e mapas topográficos que facilitem a identificação dos limites que comprovam a diversidade dos recursos naturais", referiu o vice-governador. Os 30 beneficiários desta acção formativa foram os representantes do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCS), do Urbanismo e Ambiente, do Ordenamento do Território, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural (Minader) e de organizações não governamentais.

8.7 ONG DW participa na reintegração dos ex-militares no Bailundo

Angop...29-08-07

A organização não governamental canadiana Development Workshop (DW) financiou, desde 2006 a presente data, projectos sócio-económicos que permitiram já a reintegração de mil e 200 ex-militares e seus dependentes no município do Bailundo, a cerca de 80 quilómetros a norte da cidade do Huambo, soube hoje a Angop. De acordo com um relatório da DW a que a Angop teve acesso no Bailundo, os projectos foram implementados no quadro do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR) levado a cabo pelo Governo, para a inserção dos ex-militares na vida sócio-profissional e económica do país. Os beneficiários foram formados em carpintaria e construção civil, tendo beneficiado de kits de equipamento para o arranque das suas pequenas empresas nas suas zonas de origem. Foram ainda construídas no Bailundo duas escolas, um posto de saúde e três poços de água, cujos valores não foram revelados. Na província do Huambo, o Instituto de Reinserção Socio-Profissional dos Ex-militares controla 30 mil e 845 cidadãos, dos quais 22 mil e 29 estão já reintegrados em projectos sócio-económicos e profissionais no âmbito do PGDR.

8.8 Ministério da Justiça projecta meios alternativos para resolução de conflitos

Angop...30-08-07

O Ministério da Justiça vai iniciar, este ano, o funcionamento de sistemas alternativos de resolução de

conflitos, nomeadamente os centros de conciliação, numa primeira fase na província de Luanda, como experiência piloto.

A informação foi avançada, quarta-feira, pela vice-ministra da Justiça para a área da legislação, Guilhermina Prata, durante uma palestra sobre "O Acesso da Mulher à Justiça", promovida pelo Secretariado Nacional da OMA, no âmbito das actividades comemorativas ao 65º aniversário do presidente da república, assinalado terça-feira.

De acordo com a governante, este sistema vai ser implementado na área do trabalho e da família, como forma de quebrar a morosidade dos tribunais e, conseqüentemente, o seu descongestionamento, remetendo aos órgãos judiciais aquelas causas mais complexas, tendo em conta a sua natureza.

Na área da família, a vice-ministra lembra que o meio de conciliação será uma mais-valia nas questões de prestação de alimentos (que engloba saúde, educação e alimentação), divórcio e outras questões deste ramo de direito.

Na área laboral, disse ser importante a conciliação, com vista a obtenção de um acordo no processo, evitando deste modo a sua remessa ao tribunal, exemplificando que estes métodos tem sido uma experiência boa no Brasil, países da América Latina e Portugal, que já tem a mediação penal.

Quanto ao acesso da mulher à Justiça, disse que este tem a ver com o conhecimento destas para exigir o pleno exercício dos seus direitos, fundamentando que a lei constitucional estabelece o princípio da igualdade entre o homem e a mulher, que está subjacente na não discriminação, cabendo a cada cidadão impugnar os actos que violem os seus direitos.

Para ela, o acesso da mulher à Justiça ainda tem sido limitado, devido a questão económica e cultural, mas é preciso esclarecer e educar que o acesso aos tribunais é uma garantia constitucional e a ninguém pode ser denegado este bem por insuficiência financeira.

Nos casos dos cidadãos de baixa renda, referiu existir o patrocínio judiciário como mecanismo de apoio do Estado, onde o cidadão nesta condição terá direito a um advogado e estará isento de pagar os preparos e custas judiciais, mediante apresentação de um certificado de pobreza, emitido pela administração municipal.

Sublinhou que, por este meio a justiça e o direito é acedido por todos, assim como podem ser orientados pela a Provedoria de Justiça, mediante apresentação de reclamação.

Em relação à violência doméstica, definiu como sendo aquela que se efectiva no seio familiar, onde as mulheres, crianças e adolescentes são as maiores vítimas, sendo a questão de dependência económica em relação ao homem que a faz consentir este mal sem

denunciar.

Concluiu ser necessário uma legislação específica sobre a violência doméstica, além do código penal.

Participaram no acto as vice-ministras da Família e Promoção da Mulher e da Reinserção Social, Ana Paula do Sacramento e Maria da Luz, respectivamente, além da secretária nacional da OMA, Luzia Inglês, segunda secretária provincial do MPLA em Luanda, Carolina Fortes, e outros membros do partido e da OMA

8.9 Província acolhe III congresso do movimento 'Pro Pace'

Angop...30-08-07

A província do Uíge acolhe de 18 a 20 de Setembro o terceiro congresso do Movimento 'Pro Pace', que será dominado pela mobilização dos cidadãos para participarem nas próximas eleições. Em entrevista à Angop, o presidente da Comissão Episcopal 'Pro Pace', Dom Francisco de Mata Mourisca, disse que pretende-se neste congresso consciencializar os cidadãos sobre a importância do voto.

Para o também Bispo católico no Uíge, de nada valeria a vasta campanha que se faz para o registo eleitoral, se os cidadãos depois se abstivessem de dar o seu voto. "É preciso votar de forma esclarecida, livre e justa, segundo as regras do jogo democrático para se escolher os dirigentes do país" referiu. Informou que, o será também uma oportunidade privilegiada para os participantes se comprometerem com a reconstrução nacional. Temas como "Direitos Humanos e Democracia", "Cidadania e democracia", "Eleições e democracia", "Alternância do poder e Democracia", "Oposição e Democracia", "Democracia e Desenvolvimento", "Liberdade de Imprensa e Democracia", assim como a "Unidade na pluralidade", serão abordados no evento a ter lugar no auditório do Instituto Médio Normal de Educação "Cor Mariae".

8.10 ONG assiste mais de 700 desmobilizados no Kuito

Angop...31-08-07

Setecentos e quarenta e três, dos mil e quinhentos desmobilizados das extintas forças militares da Unita - FALA - previstas, foram assistidos com diversos meios agrícolas, de Janeiro a Junho do ano em curso, na cidade do Kuito (Bié), pela organização não governamental americana "Africare". O facto foi revelado hoje pelo coordenador da

"Africare" na província, Emanuel Catihe, tendo sublinhado que acção enquadra-se no Programa Geral de Desmobilização e Reintegração Social do Governo, que visa melhorar o nível de vida dos assistidos. Dentre os meios distribuídos constam 23 toneladas de sementes de milho, 11 de feijão, quatro de arroz, uma tonelada e meia de girassol, 250 gados de tracção animal, 144 charruas, 743 enxadas, igual número de catana e limas, respectivamente. Emanuel Catihe disse ainda que a instituição adquiriu dez prensas motorizadas para extracção de óleo a partir de sementes oleaginosas, girassol, amendoim, de forma a aumentar o investimento, bem como reduzir a constante procura do produto (óleo) nalgumas comunidades da circunscrição. Informou ainda que a sua instituição vai trabalhar, brevemente, no alargamento do Programa do Geral de Desmobilizados e Reintegração (PGDR) nos municípios de Kamacupa (leste) e Nharea (norte), assim como a implementação de outro projecto denominado "Gestão Comunitária da má Nutrição" nos municípios do Andulo (norte), Camacupa (leste) e Kuito, respectivamente..